

M. Dias Branco

**ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
NA ASSEMBLEIA E PROPOSTA DA
ADMINISTRAÇÃO 2025**

Richester[®]

The bottom half of the page features a vibrant collage of Richester products. In the center is the Richester logo, which consists of three overlapping red hearts with a yellow outline, and the brand name 'Richester' in a white, bold, cursive font with a black drop shadow. Surrounding the logo are various confectionery items: on the left, a stack of rectangular wafers with a grid pattern and white filling; in the bottom left, a round sandwich cookie with a heart pattern on its top; and on the right, a chocolate-covered wafer with a grid pattern and white filling, partially submerged in a pool of dark chocolate sauce. The background of the collage is a light yellow with soft, white milk splashes.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

1. Os acionistas poderão comparecer à sede da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia") na data da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia") e proferir seus votos ou, caso não possam se fazer presentes, é facultado nomear um procurador, observando-se as regras de representação a seguir descritas, ou exercer seu voto por meio do preenchimento e envio do Boletim de Voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22.
2. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos endereços eletrônicos: <https://ri.mdiasbranco.com.br/>, <https://www.gov.br/cvm/pt-br>, www.b3.com.br.
3. Em atendimento ao Artigo 5º, I, da Resolução CVM nº 81/2022 e, para os efeitos da Resolução CVM nº 70/2022, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, observado o prazo legal de 48 horas de antecedência da realização da Assembleia para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do Art. 141, da Lei nº 6.404/76.
4. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada de forma exclusivamente presencial, em conformidade com a prática adotada pela Companhia em suas assembleias, visando garantir o pleno engajamento, transparência e eficácia nas deliberações. Nesse sentido, a participação dos acionistas poderá ocorrer de maneira pessoal ou por meio de procurador devidamente constituído, conforme as disposições do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, bem como via boletim de voto à distância, conforme as orientações detalhadas a seguir:

- a. **Presencial:** O acionista que optar por participar pessoalmente da Assembleia Geral deverá manifestar sua intenção enviando, por correio eletrônico para ri@mdiasbranco.com.br uma cópia do documento que comprove a sua identidade (cédula de identidade e CPF), no prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia;
- b. **Por representação:** O acionista a ser representado na Assembleia Geral deverá enviar, por correio eletrônico para ri@mdiasbranco.com.br em até 02 (dois) dias úteis antes de sua realização a respectiva documentação comprobatória:

Pessoa física:

- (i) Procuração com poderes específicos, assinada a próprio punho, com firma reconhecida, ou eletronicamente, com uso da certificação ICP-Brasil; e
- (ii) Cédula de identidade e CPF do procurador.

Pessoa Jurídica:

- (i) Procuração com poderes específicos, assinada a próprio punho, com firma reconhecida, ou eletronicamente, com uso da certificação ICP-Brasil;
- (ii) Último estatuto social ou contrato social consolidado e atos societários que comprovem a representação legal do acionista pessoa jurídica ou, se fundo de investimento, o estatuto social ou contrato social consolidado do seu administrador ou gestor, conforme o caso, os documentos societários que comprovem os poderes de representação do administrador ou gestor e o regulamento atual do fundo de investimento; e
- (iii) Cédula de identidade e CPF do procurador.

Representante de Acionista Pessoa Jurídica/Fundo de Investimento:

- (i) Último estatuto social ou contrato social consolidado e atos societários que comprovem a representação legal do acionista pessoa jurídica ou, se fundo de investimento, o estatuto social ou contrato social consolidado do seu administrador ou gestor, conforme o caso, os documentos societários que comprovem os poderes de representação do administrador ou gestor e o regulamento atual do fundo de investimento; e
- (ii) Cédula de identidade e CPF do representante legal.

- c. **Boletim de Voto a Distância:** O acionista que, conforme a Resolução CVM nº 81/2022, optar por participar por meio do boletim de voto a distância deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim aos seus respectivos agentes de custódia, ao depositário central ou à instituição escrituradora das ações da Companhia, ou deverá enviar o boletim diretamente à Companhia, por correio eletrônico para ri@mdiasbranco.com.br, ou no endereço da sede indicado abaixo, sendo que, em qualquer caso, o boletim deve ser recebido em até 04 (quatro) dias antes da realização da Assembleia Geral, ou seja, até 24 de março de 2025.

5. O boletim de voto a distância encontra-se disponível nos endereços eletrônicos

<https://ri.mdiasbranco.com.br/>, <https://www.gov.br/cvm/pt-br> , www.b3.com.br

6. Os documentos aqui mencionados, quando enviados fisicamente, deverão ser endereçados da seguinte forma: M. DIAS BRANCO S.A., aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, o Sr. Gustavo Lopes Theodozio, com o assunto intitulado de DOCUMENTAÇÃO AGOE – 28.03.2025, no endereço da sede: BR 116, KM 18, S/N, Bairro Jabuti, Município de Eusébio, Estado do Ceará, CEP. 61.766.650.

7. Eventuais dúvidas sobre o presente Edital de Convocação poderão ser enviadas para a Diretoria de Relações com Investidores, com o assunto intitulado de "DÚVIDAS AGOE – 28.03.2025", por meio do correio eletrônico ri@mdiasbranco.com.br.

Fortaleza (CE), 26 de fevereiro de 2025.

MARIA CONSUELO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Eusébio, 26 de fevereiro de 2025.

À

B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Superintendência de Relações com Empresas

M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos

Prezados Senhores,

O Conselho de Administração de **M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos** submete à apreciação de seus Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 28 de março de 2025, as seguintes propostas de deliberações:

1. **Aprovar o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.**

Em atendimento à Resolução CVM nº 81/22, art. 10, II e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, art. 133, o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados pela Companhia em 21 de fevereiro de 2025.

2. **Propor a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, respeitando o previsto no Estatuto Social da Companhia e a legislação societária vigente.**

Em atendimento à Resolução CVM nº 81/22, art. 10, Parágrafo único, inciso II, publicamos no Anexo I desse documento as informações indicadas no Anexo A da referida resolução.

3. **Estabelecer em 08 (oito) o número de integrantes do Conselho de Administração, propor a eleição de membros pelo mandato de 1 (um) ano, conforme previsto no Art. 10 do Estatuto Social da Companhia.**

Em atendimento à Resolução CVM nº 81/22, art. 11, publicamos no Anexo II desse documento as informações do Formulário de Referência, seção 7, itens 7.3 a 7.6, instituído pela Resolução CVM nº 80/22, apenas dos membros do conselho de administração que se propõe a reeleição ou eleição.

4. Deliberar acerca do enquadramento dos candidatos Guilherme Affonso Ferreira, Pedro Pullen Parente e Ricardo Luiz de Sousa Ramos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Nos termos do artigo 17, I do Regulamento do Novo Mercado, a Companhia obteve declaração dos candidatos acima, na qual atestam o seu enquadramento nos critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia emitiu manifestação favorável à qualificação dos candidatos acima de acordo com os critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado.

5. Propor a remuneração global anual do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para o ano de 2025.

Em atendimento à Resolução CVM n.º 81/22, art. 13, publicamos no Anexo III a seção 8 do Formulário de Referência, para atendimento ao item 4 desta Proposta.

Por fim, em atendimento a exigência da Resolução CVM n.º 81/22, art. 10, item III e Parágrafo único, item III, estamos disponibilizando no Anexo IV os Comentários dos Diretores, correspondente ao Formulário de Referência, seção 2, sobre a situação financeira da Companhia.

6. Propor plano de remuneração com base em ações (Programa de Incentivos de Longo Prazo – PILP) para o ciclo de 2025 a 2028.

Em atendimento à Resolução CVM n.º 81/22, art. 14, estamos disponibilizando o Anexo V desse documento as informações indicadas no Anexo B da referida resolução.

Os demais documentos exigidos no art. 10 da Resolução CVM n.º 81/22 foram arquivados via sistema IPE e Empresas.Net, e estão disponíveis no website da Companhia (<https://ri.mdiasbranco.com.br/>).

Atenciosamente,

Gustavo Lopes Theodozio

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relação com Investidores

ÍNDICE

ANEXO I - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
ANEXO II - ADMINISTRAÇÃO
ANEXO III - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
ANEXO IV - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES
ANEXO V - PROGRAMA DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO – PILP

ANEXO I

DESTINAÇÃO DO LUCRO

LÍQUIDO

Em atendimento à Resolução CVM nº 81/22, art. 10, § único, inciso II, publicamos no Anexo I desse documento as informações indicadas no Anexo A da referida Resolução.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício de 2024 foi de R\$ 645.948.343,65.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O valor dos juros sobre capital próprio pago trimestralmente em 2024 e dividendos complementares propostos totalizaram R\$ 174.450.157,59, representando R\$ 0,514602235 por ação.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido distribuído no exercício de 2024 foi de 27,01% e do lucro líquido subtraído da reserva legal e de incentivos fiscais (lucro distribuível) representou um percentual de 87,09%.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, visto que não há distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Os dividendos adicionais propostos ou complementares correspondem ao montante de R\$ 93.948.273,45, representando R\$ 0,28025295219 por ação ordinária.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos complementares serão pagos mediante crédito bancário em conta corrente, em 01º de abril de 2025.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, tendo em vista que não há incidência de atualizações.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Conforme aviso aos acionistas em 21 de fevereiro de 2025, os dividendos complementares do ano 2024 serão devidos aos acionistas com base na posição acionária existentes no fechamento do pregão de 18 de março de 2025, sendo as ações consideradas “ex-dividendos” a partir de 19 de março de 2025.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreu declaração de juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreu declaração de juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Em 2024	Em 2023	Em 2022
Lucro líquido de exercício	645.948.343,65	888.653.936,39	481.838.911,34
Quantidade de ações	339.000.000	339.000.000	339.000.000
Lucro Líquido por Ação – R\$	1,905452341	2,621398043	1,421353721

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Em 2024	Em 2023	Em 2022
Juros sobre Capital Próprio ⁽¹⁾	80.501.884,14	18.488.485,26	-
Dividendos complementares	93.948.273,45		
Juros sobre Capital Próprio de períodos anteriores	-	193.511.281,09	655.483.858,82
Quantidade de ações	339.000.000	339.000.000	339.000.000
Dividendos sobre por ação	0,514602235	0,625368042	1,933580704

(1) Não houve base de distribuição de dividendos nos exercícios de 2022.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal é de R\$ 10.542.364,65.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

O cálculo da reserva legal é de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica, visto que a Companhia não possui ações preferenciais.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica, visto que a Companhia não possui ações preferenciais.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica, visto que a Companhia não possui ações preferenciais.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica, visto que a Companhia não possui ações preferenciais.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica, visto que a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os artigos 22 e 24 do estatuto social da Companhia determinam a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei nº 6.404/1976, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância dos limites previstos em lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverá ser sempre imputado ao dividendo obrigatório.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo está sendo pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não há montante de dividendo eventualmente retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica, visto que não há retenção do dividendo obrigatório.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica, visto que não há retenção do dividendo obrigatório.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica, visto que não há retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não se aplica, visto que não ocorreu destinação de resultado para reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica, visto que não ocorreu destinação de resultado para reservas estatutárias.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica, visto que não ocorreu destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção

Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a) Informar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva para incentivos fiscais no exercício de 2024 é de R\$ 435.101.050,57.

b) Explicar a natureza da destinação

A natureza da reserva de incentivos fiscais abrange a totalidade dos incentivos fiscais auferidos no período, sendo R\$ 31.856.361,63 relativos ao incentivo federal obtido, calculado sobre o IRPJ devido, e R\$ 403.244.688,94 relativos a incentivos estaduais, provenientes dos Estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio de Janeiro e Bahia, calculados sobre o valor do ICMS devido, em conformidade com o Estatuto da Companhia, artigo 22 e seguintes.

ANEXO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento à Resolução CVM nº 81/22, art. 11, publicamos no **Anexo II** desse documento as informações do Formulário de Referência, seção 7, itens 7.3 a 7.6, instituído pela Resolução CVM nº 80/22.

Seção 7 - Assembleia Geral e Administração

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Chapa proposta para deliberação na AGO 2025:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	Gênero	Cor	CPF	Órgão da Administração	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo de Mandato	Eleito pelo Controlador	Outros cargos/funções exercidas no emissor	Membro Independente	Data do início do primeiro mandato
Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco	23/10/1934	Empresária	F	Branco	272.898.853-68	Conselho de Administração	Membro efetivo (Presidente)	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Vice-Presidente Executiva (2003-2006)	Não	2006
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	15/12/1961	Empresária	F	Branco	235.899.653-04	Conselho de Administração	Membro suplente	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade	Não	2014
Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	14/01/1967	Empresário	M	Branco	262.329.013-04	Conselho de Administração	Membro efetivo (Vice-Presidente)	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Vice-Presidente Industrial - Moinhos	Não	2014
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	08/09/1960	Empresário	M	Branco	155.400.143-91	Conselho de Administração	Membro suplente	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Presidente	Não	2011
Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco	17/07/1959	Empresária	F	Branco	273.184.433-72	Conselho de Administração	Membro efetivo	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Vice-Presidente Financeira	Não	2006
Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco	23/06/1964	Empresário	M	Branco	220.794.163-91	Conselho de Administração	Membro suplente	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Vice-Presidente Comercial (2006-2019)	Não	2011
Luíza Andréa Farias Nogueira	30/11/1964	Administradora	F	Branco	231.470.753-20	Conselho de Administração	Membro efetivo	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Diretora Executiva de Gente, Gestão e Sustentabilidade	Não	2017
Gustavo Lopes Theodoro	04/07/1975	Administrador	M	Branco	620.569.564-20	Conselho de Administração	Membro suplente	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria, acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores	Não	2022
Rômulo Ruberti Calmon Dantas	21/07/1963	Administrador	M	Branco	742.287.497-04	Conselho de Administração	Membro efetivo	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	-	Não	2025
Sidney Leite dos Santos	31/03/1967	Administrador	M	Branco	062.489.078-38	Conselho de Administração	Membro suplente	28.03.2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Vice-Presidente de Supply Chain	Não	2025
Guilherme Affonso Ferreira	09/05/1951	Engenheiro	M	Branco	762.604.298-00	Conselho de Administração	Membro independente	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Membro do Comitê de ESG	Sim	2019
Fábio Cefaly de Campos Machado	23/07/1976	Administrador	M	Branco	273.203.558-09	Conselho de Administração	Membro suplente	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Diretor Executivo de Novos Negócios e RI	Não	2025
Pedro Pullen Parente	21/02/1953	Engenheiro	M	Branco	059.326.371-53	Conselho de Administração	Membro independente	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	-	Sim	2025

Daniel Mota Gutiérrez	07/04/1973	Advogado	M	Branco	468.231.903-53	Conselho de Administração	Membro suplente	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance	Não	2011
Ricardo Luiz de Souza Ramos	07/12/1964	Engenheiro	M	Branco	804.112.237-04	Conselho de Administração	Membro independente	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Membro Independente do Conselho de Administração	Sim	2022
Luciane Nunes de Carvalho Sallas	19/01/1975	Administradora	F	Branco	995.411.224-34	Conselho de Administração	Membro suplente	28/03/2025	04/04/2025	1 ano	Sim	Diretora Executiva de Investimentos e Planejamentos Financeiros	Não	2021

Chapa proposta para a AGO 2025

- a. Currículo, contendo as seguintes informações: (i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor;**

Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco

A Sra. Consuelo é atual Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Idealizou o Centro Histórico M. Dias Branco e coordena ações ligadas a questões sociais em comunidades afetadas à zona de influência da Companhia. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. A Sra. Consuelo não trabalhou em outras companhias abertas, porém, possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Credito Privado Investimento no Exterior; 2. Equatorial Participacao e Negocios S.A.; 3. Apodi Transporte e Locacao Ltda. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco

O Sr. Cláudio é Vice-Presidente Industrial – Moinhos da Companhia, da qual é acionista desde 1998. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, assumindo, em 1992, a função de Diretor Industrial do Moinho Dias Branco, a primeira unidade de moagem de trigo da Companhia. Em 2003, assumiu o cargo de Diretor Industrial Corporativo – Divisão Moinhos da Companhia e em 2013 tornou-se membro do comitê de auditoria da Companhia. À frente da implantação de todas as unidades moageiras da Companhia, o Sr. Cláudio graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Fortaleza, em 1990, e iniciou longa trajetória de especialização em moagem de trigo, participando de inúmeros cursos em diversos países, podendo-se destacar o Curso em Tecnologia de Moagem, promovido pela Swiss Milling School, St. Gallen, em 1991. O Sr. Cláudio obteve, em 1992, junto ao Centro de Treinamento da Buhler, em Uzwil, Suíça, o certificado de Tecnologia de Moagem de Trigo. Também em 1992, o Sr. Cláudio estagiou no Weston Research, Maidenhead, Inglaterra. Em 1999, participou do Programa da Abitrigo de Panificação e Moagem. Foi Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC, entre 1999 e 2002, e Diretor da Associação Brasileira das Indústrias de Trigo – ABITRIGO, entre 2002 e 2004. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. É Diretor nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. e membro do Conselho de Administração da coligada da M. Dias Branco: Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística. Possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A.; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas

Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 13. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 14. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 15. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 16. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 17. Hotel Praia Mar Ltda.; 18. IdB Condominium Incorporações Spe Ltda.; 19. Cdb Participações Ltda.; 20. Aet Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.; 21. Bühler & Scherler S.A.; 22. Wef Engenharia e Automação Ltda.; 23. Afbr Investimentos e Participações S.A.; 24. Fertsan Soluções Inteligentes em Agronegócio S.A.; 25. Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Crédito Privado Investimento no Exterior; 26. Dibra Fundo de Investimento em Ações.

Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco

A Sra. Graça iniciou suas atividades no meio empresarial em 1985, na administração de empresa do ramo de hotelaria, da qual tornou-se Diretora Vice-Presidente anos depois, em 1987. Em 2001, a Sra. Graça assumiu a Diretoria de Relações Institucionais da Companhia, tornando-se, mais tarde, Diretora Corporativa de Relações Institucionais, em 2003, função que exerceu até abril de 2006, quando foi nomeada para seu atual cargo na Companhia, Vice-Presidente Financeira. A Sra. Graça graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará e possui MBA em Gestão Empresarial. Foi membro do Comitê de Auditoria da Companhia de maio de 2010 a maio de 2013. É Diretora nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. A Sra. Graça não trabalhou em outras companhias abertas. A Sra. Graça não trabalhou em outras companhias abertas, mas possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A.; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 13. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 14. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 15. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 16. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 17. Hotel Praia Mar Ltda.; 18. IdB Condominium Incorporações Spe Ltda.; 19. Apodi Concretos Ltda.; 20. Apodi Distribuição e Logística Ltda.; Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Crédito Privado Investimento no Exterior; Dibra Fundo de Investimento em Ações.

Luiza Andréa Farias Nogueira

A Sra. Andréa é Mestre e Graduada em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza e Universidade Estadual do Ceará, com capacitação em liderança e gestão pela Fundação Dom Cabral, Amana Key e HSM. Tem formação como Conselheira de Administração em cursos promovidos pela Fundação Dom Cabral e pelo IBGC. Possui ampla experiência como executiva e consultora nas áreas de Recursos Humanos, Gestão Estratégica e Gestão de Processos. Ingressou na M Dias Branco em 2006 como Diretora de Desenvolvimento Organizacional. Atualmente, ocupa o cargo de Diretora Executiva de Gente, Gestão e Sustentabilidade, sendo responsável pelas áreas de estratégia, gestão, pessoas, comunicação, cultura, saúde ocupacional e sustentabilidade. Além de integrar o Conselho de Administração como membro efetivo, atua como membro titular do Comitê de Gente e Gestão e do Comitê ESG.

Rômulo Ruberti Calmon Dantas

O Sr. Rômulo é Administrador de Empresas com Pós-Graduação em Marketing pela ESPM e MBA em Administração pela FGV, certificado no Programa de Gestão para Dirigentes Empresariais no Insead (França), no Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social e no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro de Administração. Rômulo tem larga experiência como executivo de empresas de grande porte, tais como Kibon, Souza Cruz, PepsiCo Alimentos, Hypermarcas e Ontex Brasil. Atuou como Vice-Presidente Comercial da PepsiCo Alimentos e Vice-Presidente Comercial e de Logística da Ontex Brasil.

Ricardo Luiz de Souza Ramos

O Sr. Ricardo é graduado em engenharia mecânica pela Universidade Gama Filho. Cursou também mestrado em Administração pela COPPEAD na Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado Internacional em Gestão pela Universidade de Lancaster. Atualmente, é Conselheiro de Administração da FAPES – Fundação de Assistência e Assistência Social do BNDES. De 1997 a 2016 exerceu diversos cargos de gestão no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo sido Diretor Estatutário desta instituição de 2016 a 2019. Além disso, foi Conselheiro de Administração da ENEVA S.A de 2012 a 2014, da FAPES – Fundação de Assistência e Assistência Social do BNDES (2013 a 2016 / 2016 a 2017), do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro (2016-2019). Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta.

Guilherme Affonso Ferreira

O Sr. Guilherme é graduado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP. Cursou, também, economia no Macalester College, em St. Paul, Minnesota. Atualmente é sócio e chairman da Teorema Capital, desde 2007. Além disso, é Conselheiro de Administração da B3, M Dias Branco, todas listadas na B3. Foi CEO da Bahema no período em que a companhia foi acionista relevante do Unibanco (1986 a 2008) – e obteve um retorno de cerca de 50% ao ano, em dólares, com o investimento. Também foi Conselheiro da Petrobras de 2015 a 2018, participando do programa de reestruturação e saneamento da companhia.

Pedro Pullen Parente

Sr. Pedro Pullen Parente é bacharel em engenharia elétrica pela Universidade de Brasília (UnB), com vasta experiência nos setores público e privado. No setor público, ocupou cargos relevantes, como os de Ministro do Planejamento, Ministro da Casa Civil e Ministro de Minas e Energia. Foi consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Assembleia Nacional Constituinte de 1988. No setor privado, foi CEO da Petrobras, BRF e Bunge do Brasil, além de COO (“Chief Operating Officer”) do Grupo RBS. Atuou como presidente dos conselhos da B3, CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz, Petrobras e BRF e integrou conselhos de empresas como Embraer, Itaipu, Suzano e Duratex. Atualmente, ocupa a presidência dos conselhos da Vast-Infraestrutura e Azzas 2154. Também é membro do conselho global da Syngenta e presidente pro bono do Conselho de Administração da Fundação OSESP, responsável pela gestão da Orquestra Sinfônica de São Paulo. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro da administração da Companhia. Não

é pessoa politicamente exposta.

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco

O Sr. Marcos iniciou sua carreira empresarial na própria Companhia, em 1980. Destacando-se na área Comercial da Companhia, o Sr. Marcos foi nomeado diretor em 1989, sendo posteriormente empossado no cargo de Diretor Comercial Corporativo, em 2003. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou em abril de 2006. Em 2006, foi eleito Vice-Presidente Comercial da Companhia, cargo que ocupou até 25 de fevereiro de 2019. O Sr. Marcos não trabalhou em outras Empresas de comércio. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. O Sr. Marcos não trabalhou em outras companhias abertas, porém, possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A.; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 13. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 14. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 15. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 16. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 17. Hotel Praia Mar Ltda.; 18. Idb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 19. Aveiro Multimercado Fundo de Investimento Crédito Privado Investimento no Exterior; 20. Dibra Fundo de Investimento em Ações.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

O Sr. Ivens Júnior atualmente é Diretor Presidente da Companhia e atua, ainda, como membro titular do Comitê de Gente e Gestão e Presidente do Comitê ESG. Iniciou suas atividades profissionais na própria Companhia, em 1976, percorrendo vários de seus setores. Em 1981, por destacar-se na área industrial, tornou-se acionista da Companhia e assumiu sua Diretoria Industrial. Em 2002, contribuiu fundamentalmente para a implantação da G.M.E. (CE), unidade industrial produtora de margarinas e gorduras vegetais da Companhia. Em 2003, o Sr. Ivens Jr. tornou-se Diretor Superintendente da Companhia, cargo que ocupou até a nomeação para seu atual cargo. Ao longo de sua carreira, o Sr. Ivens Jr. foi agraciado com diversos prêmios e títulos, destacando-se a Medalha Edson Queiroz, conferido em 2005 pela Assembleia Legislativa do Ceará. De 2006 até 2021, ocupou a Vice-presidência Industrial da Companhia. O Sr. Ivens Jr. é Diretor-Presidente nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. Também é Diretor na coligada da M. Dias Branco: Terminal Portuário Cotegipe S.A e membro do Conselho de Administração da coligada da M. Dias Branco: Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística, e possui participação societária nas seguintes empresas: 1. 3I Administração e Participações Ltda.; 2. Águas Claras Participações Ltda.; 3. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 4. Dias Branco Administração e Participações Ltda.; 5. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 6. Dias Branco Incorporadora Spe 002 Ltda.; 7. Dias Branco Incorporadora Spe 003 Ltda.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 004 Ltda.; 9. Dias Branco Incorporadora Spe 005 Ltda.; 10. Dias Branco Incorporadora Spe 006 Ltda.; 11. Dias Branco Incorporadora Spe 007 Ltda.; 12. Dias Branco Incorporadora Spe 008 Ltda.; 13. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 14. Idb Condominium Incorporações Spe Ltda.; 15. Idibra participações S.A.; 16. Ldb Logística e Transportes Ltda.; 17. Ldb Transporte de Cargas Ltda.; 18. Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários Spe 001 Ltda.; 19. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 20. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 21. Terminal Portuário Cotegipe S.A.

MARIA REGINA SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO

A Sra. Regina atualmente é Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento da Companhia, da qual é acionista desde 1998 e atua, ainda, como membro titular do Comitê ESG e Presidente do Comitê de Gente e Gestão. Iniciou suas atividades empresariais na própria Companhia, em 1980. Em 1989 assumiu a Diretoria Administrativa da Companhia, onde permaneceu até 2003, ano em que foi nomeada Diretora Administrativa Corporativa. Graduiu-

se em Administração de Empresas em 1987, pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Em 2008 conclui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Participa anualmente de evento direcionado para dirigentes de grandes organizações sobre liderança, estratégia e gestão. Paralelamente é Diretora Administrativa da Idibra Participações S.A., empresa integrante do mesmo grupo econômico da Companhia, atuante no mercado de incorporação imobiliária e construção civil. Seu primeiro mandato na Companhia iniciou-se em abril de 2006. É Diretora nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A. A Sra. Regina não trabalhou em outras companhias abertas. porém, é Diretora nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A e possui participação societária nas seguintes empresas: 1. Idibra Participações S.A.; 2. Terminal Portuário Cotegipe S.A; 3. Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.; 4. Apodi Transportes e Locação Ltda.; 5. Águas Claras Participações Ltda.; 6. Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda.; 7. Equatorial Participação e Negócios S/A.; 8. Dias Branco Incorporadora Spe 001 Ltda.; 9. Dias Branco.

Gustavo Lopes Theodozio

O Sr. Gustavo Theodozio é graduado em Administração de Empresas, com MBA em Gestão Empresarial e Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Controladoria. Em mais de 25 anos de carreira, ocupou posições de liderança nas áreas Financeira e de Relações com Investidores em empresas como Biosev (Louis Dreyfus Company), Unipar Carbocloro (Solvay Indupa), JBS (JBS Couros, Vigor e Itambé) e Grupo JCPM (Bompreço Supermercados do NE e Sistema Jornal do Comércio de Comunicação). Exerceu, ainda, a função de Conselheiro na Solvay Indupa, Solalban Energy e Tecsis. É Diretor nas seguintes controladas da M. Dias Branco: Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda., Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A e Cacama S.A.

Luciane Nunes de Carvalho Sallas

A Sra. Luciane é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco, pós- graduada pelo IBMEC em Mercado de Capitais e com MBA em Finanças e Risco pela USP. Experiência na gestão de Finanças, Compras, TI, RH e Administrativo. Iniciou sua carreira no Grupo Pilar em Recife, depois trabalhou por 10 anos na AmBev/Ab-Inbev no headquarter em SP e na Bélgica, nesta fase liderando um projeto global de produtividades, com foco principalmente na Europa e Ásia. Retornou a Recife como CFO da Areva-Koblitz, uma empresa de atuação na América Latina no segmento de energia renovável. Em seguida, atuou por 5 anos no Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, do grupo João Carlos Paes Mendonça à frente de toda a operação administrativo-financeira e tecnologia, também conduzindo os negócios digitais, como executiva do Portal NE10. Também trabalhou como Diretoria de planejamento financeiro da Solar Coca-Cola. Atualmente, é Diretora Executiva de Investimentos e Planejamento Financeiro da Companhia.

Daniel Mota Gutiérrez

O Sr. Daniel Gutiérrez é Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance da M. Dias Branco e membro titular dos Comitês ESG e Gente e Gestão. Ingressou na Companhia em 2006 e, antes de assumir a Vice-Presidência em janeiro de 2022, atuava como Diretor Executivo Jurídico desde 2009. Atualmente, também exerce a função de Diretor estatutário nas controladas da M. Dias Branco: Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., Darcel S.A., Cacama S.A. e da coligada Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S.A. Além disso, preside o Sindicato das Indústrias de Massas Alimentícias e Biscoitos do Estado do Ceará (SINDMASSAS) e integra, como membro titular, o Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). Ao longo de sua trajetória profissional, foi

Gestor da Assessoria Jurídica Corporativa da Cia. de Seguros Aliança do Brasil, atuando em São Paulo, Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/CE, membro do Conselho de Administração da Aquiraz Investimentos Turísticos S.A. e Diretor Estatutário da Piraquê, então subsidiária da M. Dias Branco. É Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). É professor licenciado do Mestrado em Direito do Centro Universitário Christus (UNICRISTUS) e participou de formação para Conselheiro de Administração em Cursos promovidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e pela Fundação Dom Cabral (FDC).

Rômulo Ruberti Calmon Dantas

O Sr. Rômulo é Administrador de Empresas com Pós-Graduação em Marketing pela ESPM e MBA em Administração pela FGV, certificado no Programa de Gestão para Dirigentes Empresariais no Insead (França), no Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social e no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro de Administração. Rômulo tem larga experiência como executivo de empresas de grande porte, tais como Kibon, Souza Cruz, PepsiCo Alimentos, Hypermarcas e Ontex Brasil. Atuou como Vice-Presidente Comercial da PepsiCo Alimentos e Vice-Presidente Comercial e de Logística da Ontex Brasil.

Fabio Cefaly De Campos Machado

Fabio Cefaly é Diretor de Novos Negócios e Relações com Investidores da M. Dias Branco. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), pós-graduado em Programas Executivos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na University of Cambridge e na Universidad de Los Andes (Colômbia), além de MBA pela FIA Business School. Teve passagem pela Natura Cosméticos, tendo ocupado o cargo de gerente de novos negócios e relações com investidores, além de posições nas áreas de auditoria interna e finanças no Brasil e na América Latina. Teve experiências anteriores também nas áreas de auditoria interna e finanças na General Motors e na Telefônica.

- b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) Qualquer condenação criminal; (ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:**

Todos os membros do Conselho de Administração da Companhia declararam, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Os Comitês da Companhia não são estatutários, mas órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração no processo de tomada de decisão. Os membros abaixo são os eleitos em 2024.

Comitê de Auditoria:



Nome	Data de Nascimento	IDADE	Profissão	CPF	Órgão da Administração	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo de Mandato	Eleito pelo Controlador	Outros cargos/funções exercidas no	Membro Independente	Data do início do primeiro mandato
Daniel Perecin Funis	26/03/1976	48	Engenheiro	252.096.468-58	Comitê de Auditoria	Membro independente	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Membro Independente do Conselho de Administração	Sim	2024
Adrian Lima da Hora	02/02/1964	60	Administrador	372.365.394-49	Comitê de Auditoria	Membro independente	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Não	Sim	2021
Elionor Farah Irejige Weffort	30/07/1969	55	Contadora	147.735.128-06	Comitê de Auditoria	Membro independente	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Não	Sim	2018

composição eleita em 2024

Comitê de ESG:

Nome	Data de	Profissão	CPF	Órgão da Administração	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo de Mandato	Eleito pelo Controlador	Outros cargos/funções exercidas no emissor	Membro Independente	Data do início do primeiro mandato
Luiza Andréa Farias Nogueira	30/11/1964	Administradora	231.470.753-20	Conselho de Administração	Membro efetivo	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Diretora Executiva de Gestão, Gestão e Sustentabilidade	Não	2020
Guilherme Affonso Ferreira	09/05/1951	Engenheiro	762.604.298-00	Conselho de Administração	Membro Independente	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Membro Independente do Conselho de Administração	Sim	2019
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	15/12/1961	Empresária	235.899.653-04	Conselho de Administração	Membro efetivo	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade	Não	2020
Daniel Mota Gutiérrez	07/04/1973	Advogado	468.231.903-53	Conselho de Administração	Membro efetivo	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance	Não	2019
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	08/08/1960	Empresário	155.400.143-91	Conselho de Administração	Membro suplente	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Presidente	Não	2024
Sidney Leite dos Santos	31/03/1967	Administrador	062.489.078-38	Conselho de Administração	Membro suplente interino	18/11/2024	18/11/2024	até a próxima reunião que eleger o Comitê	-	-	Não	2024

composição eleita em 2024

Comitê de Gente e Gestão:

Nome	Data de Nascimento	IDADE	Profissão	CPF	Órgão da Administração	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo de Mandato	Eleito pelo Controlador	Outros cargos/funções exercidas no emissor	Membro Independente	Data do início do primeiro mandato
Luiza Andréa Farias Nogueira	30/11/1964	60	Administradora	231.470.753-20	Conselho de Administração	Membro efetivo	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Diretora Executiva de Gestão, Gestão e Sustentabilidade	Não	2019
Ricardo Luiz de Souza Ramos	07/12/1964	60	Engenheiro	804.112.237-04	Conselho de Administração	Membro independente	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Membro Independente do Conselho de Administração	Sim	2024
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	08/08/1960	64	Empresário	155.400.143-91	Conselho de Administração	Membro efetivo	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Presidente	Não	2019
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	15/12/1961	63	Empresária	235.899.653-04	Conselho de Administração	Membro efetivo	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade	Não	2019
Daniel Mota Gutiérrez	07/04/1973	51	Advogado	468.231.903-53	Conselho de Administração	Membro efetivo	05/04/2024	05/04/2024	1 ano	Eleito pelo Conselho de Administração	Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance	Não	2019

31/12/2024

composição eleita em 2024

a. Currículo, contendo as seguintes informações: (i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor;

Comitê de Auditoria:

Daniel Perecim Funis

O Sr. Daniel Funis, nascido em 26/03/1976, é graduado em engenharia mecatrônica pela Escola Politécnica- USP, tem mestrado em administração de empresas pela Universidade de Cambridge, Inglaterra. Com larga experiência em e-commerce, fez parte da equipe que introduziu o Groupon (Nasdaq:GRPN) no Brasil, liderando a área de marketing. Foi o responsável por 10 anos pelas operações da Farfetch (NYSE:FTCH) no Brasil e México. Atualmente, trabalha na Farfetch em projetos de M&A. Antes destas experiências, ocupou diferentes cargos nas áreas de engenharia, produção, vendas e marketing em empresas como Fiat e Unilever, desempenhando estas funções na Argentina, Brasil, França, Inglaterra e Itália. Atualmente também serve no conselho de administração da Westwing (BVMF:WEST3).

Adrian Lima da Hora

O Sr. Adrian é graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, possui MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell, na Provar - USP e na StarSe/Nova SBE. Forte vivência na indústria de proteína animal, com background relevante no varejo e em auditoria externa (EY). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multi-localizadas e como membro do Conselho de Administração de empresas na Itália e em Mônaco. Foi CFO da Seara (2015 a 2016) e CAO da Rodopa (2011 a 2015). Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da JBS, da Eldorado Brasil Celulose S.A. e da Excelsior Alimentos S.A., do Comitê de Auditoria da M Dias Branco e do Conselho de Administração da International School, Serviços de Ensino, Treinamento, Editoração Franqueadora S.A..

Elionor Farah Jreige Weffort

A Sra. Elionor, nascida em 30/07/1969, é graduada em Contabilidade pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP e em Direito pela Universidade de São Paulo e possui doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Atuou como membro independente do Comitê de Auditoria da Vibra Energia, empresa de capital aberto, listada na B3, foi consultora das Nações Unidas (ONU/UNCTAD/ISAR), com destaque para o Projeto *Capacity-building framework for high quality corporate reporting* e consultora de empresas com atuação principalmente em contratos e preventivo, *compliance* e governança corporativa. Atualmente, atua como membro independente do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário da CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e como membro independente e Coordenadora do Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos e é professora e pesquisadora do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis e graduação da FECAP.

Comitê de ESG:

Guilherme Affonso Ferreira

Currículo já mencionado no item 7.3 a.

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco

Currículo já mencionado no item 7.3 a.

Luiza Andréa Farias Nogueira

Currículo já mencionado no item 7.3 a.

Daniel Mota Gutiérrez

Currículo já mencionado no item 7.3 a.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Currículo já mencionado no item 7.3 a.

Sidney Leite dos Santos

Currículo já mencionado no item 7.3 a.

Comitê de Gente e Gestão:

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Currículo já mencionado no item 7.3 a.

Ricardo Luiz de Souza Ramos

Currículo já mencionado no item 7.3 a.

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco

Currículo já mencionado no item 7.3 a.

Luiza Andréa Farias Nogueira

Currículo já mencionado no item 7.3 a.

Daniel Mota Gutiérrez

Currículo já mencionado no item 7.3 a.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores do emissor

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco e Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, são filhos da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco e ocupam os seguintes cargos na Companhia:

Nome	Cargo que ocupa no emissor
Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco	Presidente do Conselho de Administração (titular)

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Presidente da Companhia Membro suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Gente e Gestão
Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	Vice-Presidente do Conselho de Administração (titular) e Vice-Presidente Industrial de Moinhos
Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco	Membro suplente do Conselho de Administração
Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco	Vice-Presidente Financeira e Membro Titular do Conselho de Administração
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	Vice-Presidente de Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de ESG e do Comitê de Gente e Gestão.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Nome do Administrador no emissor	Controlada	Cargo que ocupa na controlada

Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco	M. Dias Branco International Trading LLC; M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.; M. Dias Branco Argentina S.A	Administradora
Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	Diretor Presidente
Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	Diretor Industrial
Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco	Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	Diretora Financeira
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	Diretora Administração, Desenvolvimento e Sustentabilidade
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Darcel S.A	Diretor
Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	Darcel S.A	Diretor
Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco	Darcel S.A	Diretora
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	Darcel S.A	Diretora
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Cacama S.A	Diretor
Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	Cacama S.A	Diretor
Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco	Cacama S.A	Diretora

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Os Srs. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco, Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco e Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco exercem o controle indireto do emissor, por serem os únicos cotistas do DIBRA - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES e do AVEIRO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, controladores diretos do emissor.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades

controladoras diretas e indiretas do emissor

O DIBRA - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES e o AVEIRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES são controladores diretos do emissor e tem como únicos cotistas os seguintes administradores do emissor: Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco, Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco e Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

O emissor detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social de todas as suas controladas, exceto da TERGRAN - TERMINAIS DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA., onde detém 33,33% e do TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S.A.

b. Controlador direto ou indireto do emissor

O DIBRA - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES é controlador direto do emissor e tem como únicos cotistas os seguintes administradores do emissor: Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco, Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco e Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

A Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco e seus filhos, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco, Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco e Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco detêm o controle ou têm participação societária relevante nas seguintes empresas: Dias Branco Administração e Participação Ltda; Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda; Terminal Portuário Cotegipe S.A., Companhia Industrial de Cimento Apodi; Idibra Participações Ltda., todas sociedades que apresentam ou apresentaram transações com o emissor.

O Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior, Presidente da Companhia, é sócio da LDB Transporte de Cargas Ltda. e LDB Logística e Transporte Ltda., que prestam serviços de transporte de cargas para o emissor. O Sr. Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, membro do Conselho de Administração e Vice-Presidente Industrial de Moinhos do emissor, é sócio da WEF Engenharia e Automação Ltda., que presta serviços de manutenção e instalação de equipamentos para o emissor.

Adicionalmente, administradores do emissor são, também, administradores das empresas acima indicadas, conforme quadro abaixo:

Empresa	Administrador	Cargo
IDIBRA Participações S/A	Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	Diretora Presidente
	Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco	Diretora Vice-Presidente
ias Branco Administração e Participações Ltda	Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco	Administradora

	Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco	Administrador
	Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	Administradora
	Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Administrador

	Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco	Administradora
	Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	Administrador
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	Diretor Presidente
	Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	Diretor
Praia Centro Hotéis, Viagense Turismo Ltda	Maria das Graças Saraiva Leão Dias Branco	Diretora Presidente

Para maiores informações sobre as operações, consultar nota explicativa nº 15 - Transações com partes relacionadas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

ANEXO III

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em atendimento à Resolução CVM nº 81/22, art. 13, publicamos no Anexo III desta proposta o Formulário de Referência, seção 8, instituído pela Resolução CVM nº 80/22.

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração de Administradores da Companhia foi aprovada em 09.08.2019 e se encontra disponível no website de Relação com os Investidores da Companhia.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração da Companhia farão jus a uma remuneração mensal fixa, a título de pró-labore, cujo valor será determinado considerando, entre outros fatores, as responsabilidades, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência e sua reputação profissional. Observado o limite fixado pela Assembleia Geral de Acionistas, caberá ao Conselho de Administração, a seu critério, estabelecer a remuneração individual de seus membros após recomendação do Comitê de Gente e Gestão. Membros do Conselho de Administração que já integrarem a Diretoria Estatutária da Companhia poderão não fazer jus à remuneração adicional pelo exercício de conselheiro. Atualmente, os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de remuneração variável.

Diretoria Estatutária:

Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia farão jus a uma remuneração mensal fixa, a título de pró-labore ou salário, cujo valor será determinado de acordo com a posição ocupada pelo profissional, sua representatividade e os valores condizentes com o que o mercado pratica, referenciado no segmento em que a Companhia atua, sempre considerando as habilidades, conhecimento e competências de cada profissional. A título de remuneração variável, a Companhia oferece um plano de participação nos resultados, segundo indicadores de desempenho e resultados, alinhada com os interesses da Companhia e de seus integrantes e, para os diretores que não fazem parte do bloco de controle, um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance, não havendo qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

Diretoria Não Estatutária:

A remuneração concedida pela Companhia, no que tange aos membros da sua Diretoria não estatutária ("Diretores Executivos"), é baseada nas práticas de mercado, identificadas mediante pesquisas e sondagens que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma remuneração adequada aos Diretores Executivos. A prática de remuneração visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. A política de remuneração dos seus membros é baseada de acordo com a legislação vigente, pois todos são contratados em regime CLT. Aos Diretores Executivos, a Companhia oferece um programa de participação nos lucros e resultados (PLR), segundo indicadores de desempenho corporativo, setorial e individual, e um programa de incentivo de longo prazo (ILP), com a outorga de ações restritas, também baseado em critérios de performance. A política de remuneração não prevê qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem atualmente Conselho Fiscal instalado. Quando o mesmo existiu, até abril de 2009, não existia qualquer remuneração para os seus membros.

Comitês:

Comitê de Auditoria, Comitê de ESG e Comitê de Gente e Gestão

Os membros dos Comitês da Companhia farão jus a uma remuneração mensal fixa, a título de pró labore,

cujo valor deverá ser fixado pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com o que o mercado pratica, referenciado no segmento em que a Companhia atua, sempre considerando as habilidades, conhecimento e competências de cada profissional. Membros dos Comitês que já sejam empregados ou administradores da Companhia poderão não fazer jus à remuneração adicional pelo exercício das atividades dos Comitês. Os membros dos Comitês não farão jus a qualquer tipo de remuneração variável ou benefício

Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem

Não existe qualquer remuneração adicional para os membros do Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem da Companhia.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Área de remuneração e benefícios: Anualmente a Companhia contrata uma pesquisa de banco de dados de uma conceituada consultoria de remuneração de mercado, e, a partir dos resultados obtidos nessa pesquisa, são analisadas as oportunidades de ajustes.

Comitê de Gente e Gestão: formula recomendações acerca de níveis, valores e reajustes da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

Conselho de Administração: analisa e delibera acerca da proposta recomendada pelo Comitê de Gente e Gestão.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é fixada a partir de uma tabela salarial, onde avaliamos o posicionamento do salário frente ao mercado, a equidade salarial interna e o nível de complexidade do cargo/função.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Companhia adota o compromisso de rever sua Política de Remuneração dos Administradores em periodicidade não superior a 3 (três) anos.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Conselho de Administração

- Pró-labore – corresponde à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades do cargo.

Diretoria Estatutária

- Salários ou pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades de cada cargo.

- Benefícios – correspondem a benefícios diversos tais como, seguro de vida em grupo, assistência médica, assistência odontológica e etc., e tem como objetivo promover melhores condições de qualidade de vida aos seus profissionais, trazendo como consequência o engajamento na busca pelos resultados da organização.
- Remuneração variável – i) participação nos lucros e resultados (PLR): tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados corporativos e setoriais pretendidos pela Companhia; e, ii) um programa de incentivo de longo prazo (ILP), com a outorga de ações restritas, baseado em critérios de performance, para os Diretores contratados a partir de 2019: objetivo de criar senso de “dono”, estimular patamares elevados e sustentáveis de performance, assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

Diretoria não Estatutária

- Salários – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades de cada cargo.
- Benefícios – correspondem a benefícios diversos tais como, seguro de vida em grupo, assistência médica, assistência odontológica e etc., e tem como objetivo promover melhores condições de qualidade de vida aos seus profissionais, trazendo como consequência o engajamento na busca pelos resultados da organização.
- Remuneração variável – i) participação nos resultados (PLR): tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados corporativos e setoriais pretendidos pela Companhia; e, ii) programa de incentivo de longo prazo (ILP), com a outorga de ações restritas: objetivo de criar senso de “dono”, estimular patamares elevados e sustentáveis de performance, assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

Comitê de Auditoria, Comitê de ESG e Comitê de Gente e Gestão

- Pró-labore - corresponde à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades dos membros independentes do Comitê.
- Outros – correspondem a valores relativos à previdência social.

Comitê Executivo, Comitê de Ética, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Saúde e Segurança do Trabalho e Comitê de Gestão de Imagem

- Esse comitê é formado por profissionais da empresa que não recebem qualquer remuneração adicional por participação no Comitê.

- Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Exercício Social – 2024

	Salário e Pró-labore	Benefícios	Outros	Remuneração Variável	Total Remuneração
Conselho de Administração	82,64%	0,84%	16,52%	-	100,00%
Comitê de Auditoria	83,29%	-	16,71%	-	100,00%
Diretoria Estatutária	52,17%	7,38%	14,21%	26,24%	100,00%
Diretoria não Estatutária	53,83%	9,47%	12,48%	24,22%	100,00%

Exercício Social – 2023

	Salário e Pró-labore	Benefícios	Outros	Remuneração Variável	Total Remuneração
Conselho de Administração	82,74%	0,71%	16,55%	-	100,00%
Comitê de Auditoria	83,33%	-	16,67%	-	100,00%
Diretoria Estatutária	47,77%	3,58%	11,21%	37,43%	100,00%
Diretoria não Estatutária	52,12%	5,52%	11,18%	31,18%	100,00%

Exercício Social – 2022

	Salário e Pró-labore	Benefícios	Outros	Remuneração Variável	Total Remuneração
Conselho de Administração	82,95%	0,64%	16,41%	-	100,00%
Comitê de Auditoria	84,14%	-	15,86%	-	100,00%
Diretoria Estatutária	42,35%	2,78%	9,23%	45,64%	100,00%
Diretoria não Estatutária	61,70%	8,80%	14,88%	14,62%	100,00%

- Sua metodologia de cálculo e de reajuste

O reajuste da remuneração fixa do Conselho de Administração e dos membros dos seus comitês de assessoramento, a Diretoria Estatutária e da Diretoria não Estatutária é feito anualmente, seguindo o mesmo parâmetro de reajuste definido nos acordos coletivos celebrados com os sindicatos dos trabalhadores da sede Companhia. Já a remuneração variável das Diretorias Estatutária e não Estatutária é definida com base em metas e performances a serem atingidas.

- Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Conselho de Administração: a Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária: no caso do salário ou pró-labore, e dos benefícios diretos e indiretos, a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho. Quanto à participação nos lucros e resultados (PLR), anualmente a Companhia, em seu planejamento estratégico, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicáveis quando do alcance de tais metas, respeitando o limite de múltiplos salariais aprovado pelo Conselho de Administração. Na composição do pagamento da PLR são avaliados indicadores relacionados à Agenda Estratégica ESG, com metas públicas distribuídas nos pilares do ESG, podendo ser consultadas no website da Companhia. Sobre o programa de incentivo de longo prazo (ILP) com outorga de ações restritas (para os diretores contratados a partir de 2019), a quantidade de ações a ser efetivamente convertida para posse plena do participante do plano dependerá do desempenho da Companhia em termos da valorização das ações TSR (retorno total ao acionista).

Diretoria não Estatutária: no caso do salário e dos benefícios diretos e indiretos, a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho. Quanto à participação nos resultados, anualmente a Companhia, em seu planejamento estratégico, fixa objetivos a serem alcançados, determinando, a partir deles, as metas corporativas, bem como os critérios de remuneração variável aplicável quando do alcance de tais metas, nos termos negociados e definidos periodicamente junto aos sindicatos de cada categoria/estado. Na composição do pagamento da PLR são avaliados indicadores relacionados à Agenda Estratégica ESG, com metas públicas distribuídas nos pilares do ESG, podendo ser consultadas no website da Companhia. Além disso, no Programa Gestão de Desempenho, a avaliação da Competência: Resultados Sustentáveis, revela o grau de comprometimento de cada executivo com decisões e práticas responsáveis referentes à preservação do meio-ambiente, agenda social e governança (ESG). Sobre o programa de incentivo de longo prazo (ILP) com outorga de ações restritas, a quantidade de ações a ser efetivamente convertida para posse plena do participante do plano dependerá do desempenho da Companhia em termos da valorização das ações TSR (retorno total ao acionista).

Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: a Companhia não possui mecanismos de indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Comitê de Auditoria.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

iii. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Conselhos de Administração: os Diretores Estatutários que compõem o Conselho de Administração não recebem remuneração específica para tanto, conforme possibilidade prevista na Política de Remuneração dos Administradores da Companhia.

Comitês de assessoramento: os Diretores Estatutários e não Estatutários que compõem os comitês não recebem remuneração específica para tanto, conforme possibilidade prevista na Política de Remuneração dos Administradores da Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Previsto para o Exercício Social – 2025

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7	8	-	15
Remuneração segregada em:				
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	3.647.670,34	19.743.770,13	NA	23.391.440,47
Benefícios diretos e indiretos	32.038,90	1.719.360,53	NA	1.751.399,43
Remuneração por participação em comitês	308.543,54	NA	NA	308.543,54
Outros	628.875,12	5.834.186,46	NA	6.463.061,58
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados	NA	12.104.345,85	NA	12.104.345,85
Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA	NA
Outros	NA	1.369.851,77	NA	1.369.851,771
Benefícios pós-emprego	NA	NA	NA	NA
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	4.611.357,36	NA	4.611.357,36

Total da remuneração	4.617.127,90	45.382.872,10	50.000.000,00
-----------------------------	---------------------	----------------------	----------------------

A proposta do Conselho de Administração para a apreciação da Assembleia de Acionistas consiste na fixação de um limite global, de R\$ 50.000.000,00, sendo destinado R\$ 4.617.127,90 ao Conselho de Administração e R\$ 45.382.872,10 Diretoria Estatutária. No quadro abaixo, segue o detalhamento da remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Exercício Social – 2025

Nota: Não há previsão para instalação do Conselho Fiscal para 2024. A renumeração fixa classificada em "Outros" é referente à previdência social e a remuneração variável classificada em "Outros" é referente aos encargos sociais incidentes sobre incentivo de longo prazo.

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7	8	-	15
Remuneração segregada em:				
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	2.698.174,71	19.416.584,34	NA	22.114.759,05
Benefícios diretos e indiretos	30.463,91	2.747.503,63	NA	2.777.967,54
Remuneração por participação em comitês	293.376,00	NA	NA	293.376,00
Outros	597.960,56	5.290.701,23	NA	5.888.661,79
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados	NA	NA	NA	NA
Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA	NA
Outros	NA	2.402.807,71	NA	2.402.807,71
Benefícios pós-emprego	NA	NA	NA	NA
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	7.363.525,14	NA	7.363.525,14
Total da remuneração	3.619.975,18	37.221.122,05		40.841.097,23

Exercício Social – 2024

Nota: Na proposta de remuneração dos administradores para o ano de 2024 foi previsto o valor de R\$ 48,0 milhões. O valor total realizado ficou 14,9% a menor que o valor previsto, em função do percentual de reajustes salariais ter sido menor que o previsto para 2024 e não provisionamento de participação nos lucros e resultados, em decorrência do não atingimento das metas dos indicadores de desempenho corporativo. Por outro lado, houve gastos extraordinários com desligamento de vice-presidentes.

Exercício Social – 2023

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7	8	-	15
Remuneração segregada em:				
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	2.529.672,88	17.243.542,98	NA	19.773.215,86
Benefícios diretos e indiretos	24.262,58	1.293.776,55	NA	1.318.039,13
Remuneração por participação em comitês	291.774,92	NA	NA	291.774,92
Outros	564.289,58	4.046.203,66	NA	4.610.493,24
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados	NA	7.284.956,19	NA	7.284.956,19

Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA	NA
Outros	NA	1.463.111,12	NA	1.463.111,12
Benefícios pós-emprego	NA	NA	NA	NA
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	4.763.381,04	NA	4.763.381,04
Total da remuneração	3.409.999,96	36.094.971,54		39.504.971,50

Nota: O Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2023. Na proposta de remuneração dos administradores para o ano de 2023, foi previsto o valor de R\$ 45,0 milhões. O valor total realizado ficou 12,2% a menor que o valor previsto, em função do percentual de reajustes salariais ter sido menor que o previsto para 2023 e a provisão relativa a participação nos lucros também ficou abaixo do limite máximo estimado.

Exercício Social – 2022

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7	8	-	15
Remuneração segregada em:				
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	2.130.523,96	16.646.646,34	NA	18.777.170,30
Benefícios diretos e indiretos	18.327,84	1.093.714,53	NA	1.112.042,37
Remuneração por participação em comitês	255.789,82	NA	NA	255.789,82
Outros	472.161,78	3.629.487,49	NA	4.101.649,27
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados	NA	14.024.789,23	NA	14.024.789,23
Remuneração por participação em reuniões	NA	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA	NA
Outros	NA	788.674,64	NA	788.674,64
Benefícios pós-emprego	NA	NA	NA	NA
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	NA	NA	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	3.120.553,60	NA	3.120.553,60
Total da remuneração	2.876.803,40	39.303.865,83		42.180.669,23

Nota O Conselho Fiscal não foi instalado no exercício de 2022. Na proposta de remuneração dos administradores para o ano de 2022, foi previsto o valor de R\$ 38,0 milhões. O valor total realizado ficou 11,0% a maior que o valor previsto, em função da provisão relativa a participação nos lucros que ultrapassou os 100% do máximo estimado.

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Nos exercícios de 2022, 2023 e 2024 foi concedida remuneração variável (participação nos resultados) apenas à diretoria estatutária. Para o exercício de 2025 também está previsto participação nos resultados somente para a diretoria estatutária.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2025)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	8	-	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	10.288.693,96	NA	10.288.693,96
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	12.104.345,84	NA	12.104.345,84
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	12.104.345,84	NA	12.104.345,84
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	-	NA	-

Nota: para o valor mínimo previsto no plano de remuneração considerou-se 85% de atingimento das metas.

Remuneração variável prevista para o exercício social 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	8	-	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	10.100.016,92	NA	10.100.016,92
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	12.625.021,14	NA	12.625.021,14
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	12.625.021,14	NA	12.625.021,14
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	-	NA	-

Nota: i) para o valor mínimo previsto no plano de remuneração considerou-se 80% de atingimento das metas; ii) o valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social foi zero, tendo em vista o não atingimento dos indicadores de metas corporativas.

Remuneração variável prevista para o exercício social 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	8	-	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	9.540.085,92	NA	9.540.085,92
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	11.925.107,40	NA	11.925.107,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	11.925.107,40	NA	11.925.107,40
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	7.284.956,19	NA	7.284.956,19

Nota: para o valor mínimo previsto no plano de remuneração considerou-se 80% de atingimento das metas.

Remuneração variável prevista para o exercício social 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	8	-	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	NA	NA	NA
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	NA	NA	NA
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	NA	NA	NA
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	8.603.574,78	NA	8.603.574,78
Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	10.754.468,48	NA	10.754.468,48
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	NA	10.754.468,48	NA	10.754.468,48
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	NA	14.024.789,23	NA	14.024.789,23

Nota: para o valor mínimo previsto no plano de remuneração considerou-se 80% de atingimento das metas.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

As informações trazidas abaixo levam em consideração o plano de remuneração baseado em ações vigente no último exercício social. Para o exercício social corrente, será proposta à Assembleia Geral um novo plano de remuneração baseado em ações, nos termos do Anexo V desta Proposta da Administração.

a. termos e condições gerais

Serão considerados participantes elegíveis: (a) todos os diretores estatutários celetistas (empregados); (b) todos os executivos em níveis de diretor não estatutário; e (c) até 20% dos executivos no nível gerencial considerados como talentos-chave, nos termos do Programa de Gestão de Desempenho da Companhia, desde que tenham firmado o termo de adesão para participação no programa.

b. data de aprovação e órgão responsável

Aprovado em 30.04.2021 pela Assembleia Geral de Acionistas

c. número máximo de ações abrangidas

As ações concedidas nos termos deste Plano não poderão exceder a 1,0% (um por cento) da quantidade total de ações da Companhia, ao longo de todo o período de vigência.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica.

e. condições de aquisição de ações

A cada concessão anual, o beneficiário terá direito à quantidade de ações correspondente a determinado múltiplo de seus salários mensais vigentes no momento de cada concessão, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Termo de Adesão (instrumento particular celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, por meio do qual o beneficiário irá aderir aos termos e condições do Plano). Para o nível gerencial, o múltiplo de referência será de 3 (três) salários; para o nível de diretor não-estatutário, o múltiplo será de 7 (sete) salários; enquanto que, para o nível de diretor estatutário celetista, será de 12 (doze) salários.

Como pré-requisito para participação no plano, requer-se dos potenciais beneficiários o investimento de 10% (dez por cento) da PLR líquida (descontada a parcela relativa ao imposto de renda) referente ao exercício anterior ao de concessão, a ser convertido em ações em posse imediata do beneficiário, bloqueadas para venda durante 02 (dois) anos ("Ações Adquiridas").

Quanto às ações concedidas pela empresa ("Ações Restritas"), haverá carência de 03 (três) anos, a partir da data de cada concessão anual, ao final dos quais haverá a transferência da posse das ações para o executivo, se atendidos os critérios de performance a seguir indicados.

Após o cumprimento da carência, a quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em ações em posse do participante será apurada em função do TSR ("Total Shareholder Return" ou Retorno Total ao Investidor, em português) incremental versus a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo - IPCA do período. Será, também, considerado um fator de conversão final que possuirá um piso de 50% (desempenho inicial) e um teto de 150% (desempenho excepcional). Após a aplicação do fator de conversão, o executivo passará a ter a posse plena da quantidade conquistada de ações, com o consequente direito ao recebimento de proventos a partir deste momento.

Adicionalmente, para que exista pleno alinhamento de interesses entre executivos e acionistas quanto à distribuição de proventos durante todo o calendário do plano, após o período de carência de 03 (três) anos, também será feito um cálculo retroativo dos proventos relativos ao período de carência, considerando-se a quantidade de ações efetivamente conquistada pelo executivo, e será pago um montante adicional em ações

correspondente ao valor apurado (com o arredondamento da quantidade apurada de ações para a quantidade inteira imediatamente inferior).

Metade das Ações Restritas totais concedidas não poderá ser vendida pelo executivo por um período de 01 (um) ano após o fim da carência. Para fins de esclarecimento, a outra metade das Ações Restritas podem ser negociadas pelo executivo logo após o fim do período de carência e consequente recebimento efetivo das ações.

A critério da Companhia, para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2021, o primeiro ano de concessão poderá ser o da sua contratação e não será exigido o pré-requisito de investimento para esse primeiro período, não havendo, portanto, Ações Adquiridas no primeiro ano de concessão. Quanto às Ações Restritas, estas serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiário no ano de referência.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Valor médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

As concessões sejam realizadas anualmente por um período de 4 (quatro) anos de vigência do plano, sempre no mês de maio, após o pagamento do PLR referente ao exercício anterior. Para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2021, a primeira concessão de Ações Restritas será no mês da sua contratação.

h. forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a outorga nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou alienar ações mantidas em tesouraria.

i. restrições à transferência das ações

Quanto às Ações Adquiridas pelo beneficiário, serão bloqueadas para venda durante 02 (dois) anos. Quanto às ações concedidas pela empresa ("Ações Restritas"), haverá carência de 03 (três) anos, a partir da data de cada concessão anual, ao final dos quais haverá a transferência da posse das ações para o executivo, se atendidos os critérios de performance a seguir indicados.

Após o cumprimento da carência, a quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em ações em posse do participante será apurada em função do TSR ("Total Shareholder Return" ou Retorno Total ao Investidor, em português) incremental versus a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo - IPCA do período. Será, também, considerado um fator de conversão final que possuirá um piso de 50% (desempenho inicial) e um teto de 150% (desempenho excepcional). Após a aplicação do fator de conversão, o executivo passará a ter a posse plena da quantidade conquistada de ações, com o consequente direito ao recebimento de proventos a partir deste momento.

Adicionalmente, para que exista pleno alinhamento de interesses entre executivos e acionistas quanto à distribuição de proventos durante todo o calendário do plano, após o período de carência de 03 (três anos), também será feito um cálculo retroativo dos proventos relativos ao período de carência, considerando-se a quantidade de ações efetivamente conquistada pelo executivo, e será pago um montante adicional em ações correspondente ao valor apurado (com o arredondamento da quantidade apurada de ações para a quantidade inteira imediatamente inferior).

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Alteração do Plano: caberá exclusivamente à Assembleia Geral da Companhia modificar o Plano, bem como criar novos planos de desempenho ou incentivos lastreados na outorga de opções. Ainda, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na

legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano, revisão que será submetida à Assembleia.

Extinção do Plano: o Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia ou na ocorrência dos seguintes eventos: (i) reorganização societária da Companhia, tais como incorporação, fusão ou cisão, na qual a companhia remanescente não seja a M. Dias Branco (ii) dissolução ou liquidação da Companhia; (iii) cancelamento de seu registro de companhia aberta; (iv) término do seu prazo de vigência; ou (v) deliberação dos acionistas no sentido de extinguir o Plano.

Não há previsão para a suspensão do Plano.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

DESLIGAMENTOS

Se o executivo for desligado ou pedir desligamento durante a vigência do plano:

Parcela do executivo (originada pelo PLR investido):

As ações estarão disponíveis para venda independentemente do tipo de desligamento.

Parcela da empresa (originada pela concessão da empresa):

Ações restritas em carência:

Em caso de desligamento por iniciativa da empresa, uma parcela das ações, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses (pró-rata), terá a sua posse transferida para o ex-executivo.

Em caso de desligamento por iniciativa do executivo ou por justa causa, a parcela da empresa será perdida.

APOSENTADORIA

Se o executivo se aposentar ou for desligado já aposentado durante a vigência do plano: Se o executivo aposentado possuir ao menos 10 anos ininterruptos de serviço na empresa e comunicar formalmente sua intenção de desligamento ao conselho de administração com pelo menos 6 meses de antecedência, haverá a aceleração plena das ações em carência.

Se o executivo aposentado não cumprir simultaneamente os dois requisitos acima (10 anos de empresa e comunicação com antecedência de ao menos Desenho Proposto) e se desligar da empresa por iniciativa própria, haverá a redução pró-rata das ações em carência (isto é, uma parcela, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses).

Se o executivo aposentado for desligado por iniciativa do M. Dias Branco sem justa causa: Haverá a aceleração plena das carências apenas caso o executivo tenha mais de 10 anos completos e ininterruptos de serviço na empresa.

Não atendida esta condição, haverá a redução pró-rata das ações em carência (isto é, uma parcela, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses).

FALECIMENTO

Se o executivo falecer durante a vigência do plano:

Em caso de falecimento do participante, eventuais parcelas de ações em carência originadas pela concessão da empresa, serão reduzidas de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses completos, tendo a sua posse transferida para os herdeiros legais.

AÇÕES EM CARÊNCIAS NO CASO DE SAÍDA

Em todos os casos de saída do participante em que não haja perda integral das ações em carência da

parcela da empresa, exceto no caso de falecimento, o fator multiplicador final será apurado considerando-se o maior número inteiro de anos possível, sem a realização de cálculos fracionados dentro do ano vigente. Para eventuais lotes no primeiro ano de carência, será assumido um fator multiplicador final igual a 100%.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo*

* Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Não se aplica

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. em aberto no início do exercício social
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. exercidas durante o exercício social
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Em 31 de dezembro de 2024, não havia nenhuma opção em aberto de membro do Conselho da Administração e da Diretoria Estatutária.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo*:

*Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Exercício de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	NA	8
Nº de membros remunerados	NA	5
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	1.260.913,92

Exercício de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	NA	8
Nº de membros remunerados	NA	5
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	1.047.245,60

Exercício de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	NA	8
Nº de membros remunerados	NA	4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	1.411.127,21

Exercício de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	NA	8
Nº de membros remunerados	NA	3
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	NA	1.331.812,79

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	8
Nº de membros remunerados	-	4
Data Outorga	NA	03/05/24
Quantidade de ações Outorgada	NA	177.863
Prazo máximo para entrega de ações	NA	36 meses
Prazo de retrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	R\$ 37,13
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	6.604.053,19

Exercício de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	8
Nº de membros remunerados	-	4
Data Outorga	NA	30/04/23
Quantidade de ações Outorgada	NA	231.501
Prazo máximo para entrega de ações	NA	36 meses
Prazo de retrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	R\$ 27,43

multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	6.350.072,43
---	----	--------------

Exercício de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	8
Nº de membros remunerados	-	4
Data Outorga	NA	31/05/22
Quantidade de ações Outorgada	NA	239.791
Prazo máximo para entrega de ações	NA	36 meses
Prazo de retrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	R\$ 21,81
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	NA	5.229.554,79

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	8
Nº de membros remunerados	-	3
Nº ações	NA	184.846
Preço médio ponderado de aquisição	NA	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	26,63734828
Prazo de retrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	-
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	4.923.807,28

Exercício de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	8
Nº de membros remunerados	-	3
Nº ações	NA	44.247
Preço médio ponderado de aquisição	NA	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	30,90
Prazo de retrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	-
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	1.367.232,30

Exercício de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total dos membros	-	8
Nº de membros remunerados	-	3
Nº ações	NA	36.124
Preço médio ponderado de aquisição	NA	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	24,49
Prazo de retrição a transferência de ações	NA	-
Valor justo das ações na data da outorga	NA	-
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	NA	884.676,76

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Não se aplica, tendo em vista se tratar de um Programa de Incentivo de Longo Prazo por serem ações restritas.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica, em razão das considerações feitas no item 8.4.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica, em razão das considerações feitas no item 8.4.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica, em razão das considerações feitas no item 8.4.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica, em razão das considerações feitas no item 8.4.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão*

* Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

	Nº de ações ordinárias*	%
Acionistas Controladores	227.840.941	67,21%
Conselho de Administração	21.311.284	6,29%
Diretoria Estatutária	21.179.121	6,25%
Ações em Tesouraria	3.773.296	1,11%
Free float	64.895.358	19,14%
Total	339.000.000	100,00%

* Posição em 31/12/2024.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos

diretores estatutários pela Companhia.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Exercício de 2024

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	7	8
Nº de membros remunerados	5	8
Valor da maior remuneração individual	1.142.893,80	7.458.672,27
Valor da menor remuneração individual	531.210,07	3.060.377,12
Valor médio de remuneração individual	723.995,04	4.652.640,26

Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária;
(ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 11 meses do exercício de 2024;
(iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados;
(iv) Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por cinco, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados e dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período.

Exercício de 2023

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	7	8
Nº de membros remunerados	5	8
Valor da maior remuneração individual	1.085.048,22	5.807.004,83
Valor da menor remuneração individual	463.323,83	3.628.244,33
Valor médio de remuneração individual	681.999,99	4.511.871,44

Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária;
(ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 12 meses do exercício de 2023;
(iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados;
(iv) Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por cinco, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados e dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período.

Exercício de 2022

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	7	8
Nº de membros remunerados	5	8
Valor da maior remuneração individual	979.461,86	6.640.325,03
Valor da menor remuneração individual	413.161,41	3.603.750,14
Valor médio de remuneração individual	575.360,68	4.912.983,23

Nota: (i) A remuneração dos membros da diretoria estatutária que também fazem parte do Conselho de Administração está contemplada na diretoria estatutária;
(ii) Os membros da Diretoria Estatutária com a maior e menor remuneração individual exerceram suas funções durante os 12 meses do exercício de 2022;
(iii) Considerou-se como remuneração da diretoria estatutária o somatório do pró-labore/salário, benefícios diretos/indiretos, outros e participação nos resultados;
(iv) Para o cálculo do valor médio de remuneração individual do conselho de administração foi considerado o somatório da remuneração dos conselheiros dividido por cinco, que é quantidade média de membros do conselho de administração que foram remunerados e dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período.

remunerados e dois dos membros do conselho não obtiveram remuneração por todo o período.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há apólices de seguro contratadas para instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2025		
	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	26,0%	39,1%
Exercício de 2024		
	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	31,6%	45,3%
Exercício de 2023		
	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	31,8%	44,4%
Exercício de 2022		
	Conselho da Administração	Diretoria Estatutária
% Remuneração administradores - partes relacionadas	34,0%	47,6%

Não havia conselho fiscal instalado nos exercícios de 2024, 2023 e 2022.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nenhum membro do Conselho da Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho fiscal recebeu da Companhia remuneração por quaisquer serviços que não estejam relacionados à função que ocupam, seja por prestação de serviço de consultoria, assessoria ou comissões nos últimos três exercícios sociais.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os controladores, diretos ou indiretos, as sociedades sob controle comum e as controladas da Companhia não remuneraram membros do conselho de administração nem a diretoria estatutária e nenhum outro órgão da administração nos últimos três exercícios sociais.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não se aplica, pois todas as informações relevantes já foram apresentadas nos tópicos anteriores.

ANEXO IV COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Mesmo em um cenário desafiador em 2024, marcado sobretudo pela desvalorização do real frente ao dólar, registramos uma receita líquida de R\$ 9,7 bilhões e um volume vendido de 1.754,8 mil toneladas. Obtivemos ganhos de *market share* em volume nos segmentos de biscoitos – nosso principal negócio – e farinha de trigo. Além disso, alcançamos um lucro líquido de R\$ 646,0 milhões, EBITDA de R\$ 1,2 bilhão e uma geração de caixa operacional de R\$ 591,7 milhões, reforçando nossa resiliência para lidar com contextos macroeconômicos complexos e nossa capacidade de expandir em participação de mercado.

Fiéis à estratégia na alocação de capital, a Companhia encerrou o ano com 53,8% da dívida no longo prazo, Rating AAA Perspectiva Estável e alavancagem de 0,0x, dentro de um intervalo que habilita a seguir com o plano de investimento para viabilizar crescimento e expansão.

A M. Dias Branco manteve a posição de liderança nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, cuja participação de mercado em volume de vendas no ano de 2024 foi de 32,0% em biscoitos (31,8% em 2023) e 28,8% em massas (28,9% em 2023), conforme dados divulgados pela Nielsen para os períodos acumulados.

Uma característica geral importante, com reflexos relevantes na condição financeira e patrimonial da Companhia, reside no fato de ser verticalizada, isto é, produzir a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas na produção dos biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais. Em 2024, 99,6% de toda a farinha de trigo e 100% de toda a gordura vegetal utilizadas no processo produtivo foram fabricadas internamente (99,8% e 100,0% em 2023, respectivamente).

Para a operação de seus negócios, desenvolvimento e lançamento de novos produtos, bem como a expansão de suas atividades, as principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento estaduais e federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

A Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo. No sentido de refletir tais condições financeiras, a Companhia destaca alguns indicadores baseados em índices de liquidez, os quais revelam capacidade satisfatória de saldar as suas obrigações.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Índices de liquidez	2023	2024
Liquidez geral	1,32	1,40
Liquidez corrente	2,35	2,20
Liquidez seca	1,80	1,58
Liquidez imediata	0,93	0,79

b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 7.604,7 milhões frente a R\$ 7.998,0 milhões em 31 de dezembro de 2024, apresentando um acréscimo de 5,2%, provenientes do lucro do exercício, constituições das reservas e da distribuição de dividendos. Na mesma data, a Companhia tinha caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 2,2 bilhões e aplicações de curto e longo prazo no total de R\$ 18,3 milhões.

No final do período, a dívida líquida foi de R\$ 24,6 milhões frente ao caixa líquido de R\$ 73,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, demonstrando estabilidade face à sua forte capacidade de geração de caixa.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Ebitda em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1.198,3 milhões, 16,4% menor do que o Ebitda de 31 de dezembro de 2023. Em 2024, os juros e variações cambiais pagos foram de R\$ 163,0 milhões, enquanto o pagamento de recursos por liquidação de operações com derivativos foi de R\$ 67,4 milhões. Desta forma, o Ebitda apresentou índice de cobertura de 5,20 vezes dos juros, variações cambiais e derivativos pagos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A tabela abaixo apresenta a dívida líquida da Companhia e a sua relação com o Ebitda.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
Endividamento (R\$ milhões)	2023	2024	Variação
Endividamento total ⁽¹⁾	(2.171,1)	(2.389,6)	10,1%
Caixa ⁽²⁾	2.287,9	2.177,3	-4,8%
Instrumentos financeiros ⁽³⁾	(43,2)	187,7	n/a
Caixa Líquido (Dívida Líquida)	73,6	(24,6)	n/a
Ebitda	1.433,6	1.198,3	-16,4%
Caixa (Dívida) Líquido / Ebitda dos últimos 12 meses ⁽⁴⁾	0,1x	0,0x	n/a

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(1) Contempla os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos e debêntures.

(2) Contempla o caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e aplicações financeiras de curto prazo e longo prazo.

(3) Contempla os instrumentos financeiros do ativo circulante e não circulante.

(4) Conforme a Res CVM nº 156/22, o Lajida/Ebitda consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Res CVM nº 156/22 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificado no Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Considerando o seu perfil de endividamento, com base no índice Dívida Líquida/Ebitda, o fluxo de caixa significativo gerado pelas atividades operacionais e a posição de liquidez corrente e geral, a Diretoria acredita que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, mas diante das oportunidades de mercado, a Companhia realizou algumas captações no ano de 2024, para financiar exportações, insumos e projetos de inovação e tecnologia. Assim, a administração entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha e instituições de fomento. Entretanto, esses limites aprovados estão destinados para a cobertura de investimentos e não para a cobertura de deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro e Financiamentos de CAPEX, através de Instituições Públicas e Privadas, como empréstimo em moedas nacional e estrangeira (Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962), Capital de Giro, FINIMP (Financiamento de Importações), captações através de emissões de títulos ou outros, por elas apresentadas.

Emissão de Debêntures para lastrear CRA

Em janeiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com prazos de vencimentos em 13 de março de 2028 e 13 de março de 2031, respectivamente.

As debêntures foram emitidas em 15 de março de 2021 e serviram de lastro para emissão de CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), no valor total de R\$ 811,6 milhões. Em procedimento de

bookbuilding realizado em 03 de março de 2021, foram fixadas as taxas de juros para cada série de emissão. As debêntures da primeira e segunda série fazem jus ao pagamento semestral de juros remuneratórios de 3,7992% a.a. e 4,1369% a.a., respectivamente, base 252 dias úteis, além de correção pelo IPCA (correção somente junto com a amortização).

Os recursos desta captação têm a finalidade de promover e incentivar a agricultura sustentável dos fornecedores da Companhia, garantindo a melhoria contínua da segurança alimentar e nutricional dos produtos ofertados aos consumidores. Esta iniciativa faz parte da estratégia de incentivar o fornecimento de matéria-prima no longo prazo, comprometendo os fornecedores e a Companhia com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), e reforça a posição da Companhia como referência em sustentabilidade no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor das debêntures estava representado por um montante bruto de R\$ 1.033,6 milhões. Em virtude da classificação das debêntures a hedge de valor justo, o seu saldo contábil ficou em R\$ 959,4 milhões, sendo R\$ 985,6 milhões, já líquido do saldo a amortizar dos custos de transação no valor de R\$ 26,1 milhões.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo demonstra a composição do endividamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024:

Endividamento (em R\$ milhões)	Indexador	2023	2024	
		R\$	Juros (a.a.)	R\$
Moeda nacional				
BNDES-FINAME	TJLP	2,1	-	-
BNDES-PSI	R\$	0,3	-	-
BNDES-FINEM	IPCA	10,9	-	-
FINEP	TR	25,8	3,30%	68,6
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	100% TJLP	34,1	-	40,7
Financiamentos de Tributos Estaduais (FUNDOPEM)	IPCA/IBGE	13,1	-	17,8
Capital de Giro	IPCA	128,5	-	-
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	4,8	-	2,8
Instrumento de Cessão de Quotas da Estrela	100% CDI	7,5	-	8,0
Instrumento de Cessão de Quotas da Piraquê	100% CDI	139,8	-	115,0
Instrumento de Cessão de Quotas da Latinex	100% CDI	88,4	-	95,6
Instrumento de Cessão de Quotas da Las Acacias	100% CDI	21,5	-	19,1
Debêntures	IPCA	904,3	3,7992% e 4,1369%	959,4
		1.381,1		1.327,0
Moeda estrangeira				
Capital de giro (Lei nº 4.131) e exportação	USD	784,8	3,24%	1.002,3
FINIMP	USD	-	5,56%	52,4
Capital de Giro	UYU	5,2	9,57%	7,9
		790,0		1.062,6
		2.171,1		2.389,6
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante		(522,5)		(1.103,5)
Passivo não circulante		1.648,6		1.286,1

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento da Companhia totalizava R\$ 2.389,6 milhões (46,18% no curto prazo e 53,82% no longo prazo), 10,1% maior que o saldo registrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente pelas atualizações de financiamentos realizadas no período.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamento das obrigações de longo prazo contratadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2024
Vencimento	(Em milhões de reais)	
2025	613,0	147,5

2026	104,6	113,9
2027	25,8	383,0
2028 a 2036	905,2	641,7
Total	1.648,6	1.286,1

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

1. Com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 5 contratos financeiros em moeda nacional e estrangeira, que totalizavam R\$ 1.124,1 milhões. Esses contratos foram celebrados com as seguintes instituições financeiras: The Bank of Nova Scotia (Scotiabank), Banco Santander do Brasil e FINEP.

A tabela abaixo indica detalhes dos 5 contratos financeiros que podemos destacar com maiores saldos vigentes, em 31 de dezembro de 2024, mantidos pela Companhia:

Contrato	Instituição Financeira	Valor da Contratação (em milhões de R\$)	Juros	Data da Contratação	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2024 (Em milhões de R\$)
FINEXT - Capital de Giro	Scotiabank	510,00	1,6554% a.a.	15/12/2020	22/12/2025	619,50
FINEXT - Financiamento à Exportação	Banco Santander Brasil S.A.	326,70	5,80% a.a.	21/06/2024	16/06/2025	382,78
FINIMP - Financiamento à Importação	Banco Santander Brasil S.A.	51,11	5,5565% a.a.	16/12/2024	16/06/2025	52,44
Financiamento à Inovação	FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	26,04	3,30% a.a.	01/12/2023	15/11/2033	26,09
Financiamento à Inovação	FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	43,18	3,30% a.a.	17/06/2024	15/07/2036	43,27

A seguir, encontram-se descritos os contratos celebrados pela Companhia com seus principais credores.

The Bank of Nova Scotia

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha 1 contrato vigente e relevante com essa instituição com saldo de R\$ 619,5 milhões, adquiridos para Capital de Giro com vencimento até dezembro de 2025 e taxa de 1,6554% a.a. mais variação cambial.

Banco Santander Brasil

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha 2 contratos vigentes e relevantes com essa instituição, totalizando R\$ 435,2 milhões com vencimentos até junho de 2025, sendo um Financiamento à Exportação, com taxa média de 5,80% mais variação cambial e um Financiamento à Importação, com taxa média de 5,5565% mais variação cambial.

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha 2 contratos vigentes e relevantes com essa instituição com saldo de R\$ 69,3 milhões, adquiridos para financiamento de projetos de inovação com vencimento até julho de 2036, indexados à Taxa Referencial (TR) + taxa prefixada de 3,3% a.a.

2. Outros endividamentos relevantes

i. Financiamentos diretos - Aquisição de Quotas/Ações do capital das controladas NPAP Alimentos, Pelágio Oliveira, J. Brandão, Moinho Santa Lúcia e Industria de Produtos Alimentícios Piraquê S. A., Latinex, Jasmine e Las Acacias.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 240,6 milhões referente a financiamentos diretos.

O valor de R\$ 115,0 milhões relativo à aquisição da Piraquê é composto pela parcela retida do preço descontada das contingências pagas e montante ainda em discussão de responsabilidade dos vendedores.

O valor de R\$ 95,6 milhões relativo à aquisição da Latinex é composto por parcela retida do preço no montante R\$ 10,7 milhões a ser amortizado em cinco parcelas anuais, descontado das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores, R\$ 32,5 milhões a ser pago por ocasião da conclusão do processo de registro de titularidade da marca, além de R\$ 37,8 milhões resultante da parcela contingente de preço de aquisição, acrescido de CDI na ordem de R\$ 17,9 milhões.

O valor de R\$ 19,1 milhões relativo à aquisição das Las Acacias é composto pela parcela retida do preço de R\$ 6,4 milhões a ser amortizado em cinco parcelas anuais, descontado das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores de R\$ 12,6 milhões, além de atualização na ordem de R\$ 0,1 milhão.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As relações de longo prazo com instituições financeiras já foram comentadas em outras seções do documento.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nossos contratos de financiamentos, quando garantidos, utilizamos alguns instrumentos como notas promissórias, fiança bancária e seguro garantia.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2024
	<i>(Em milhões de reais)</i>	
Obrigações com garantia quirográficas	4.452,7	4.578,6
Obrigações com garantia real	283,6	192,3
Total do passivo circulante e não circulante	4.736,3	4.770,9

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FINEP contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operação, que, caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações sofram vencimentos antecipados.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois vedam expressamente qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das respectivas instituições financeiras credoras; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais; bem como exigem que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras e pelo FINAME. No caso mais específico dos contratos firmados pela empresa incorporada Piraquê, além das cláusulas supracitadas, deve-se (i) manter durante a vigência do contrato determinados percentuais dos índices: Dívida Líquida / Ebitda e Patrimônio Líquido/Passivo Total e (ii) manutenção de quadro de pessoal apresentado em projeto de liberação de financiamento.

Atualmente, a Companhia não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

Conclusivamente, a Companhia, ainda que se utilize de recursos de terceiros, não tem dependência de contratos financeiros relevantes para a realização de suas atividades operacionais.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía dois contratos firmados com a FINEP, sendo um no valor total de R\$ 78,1 milhões e, até aquela data, havia liberado somente a primeira parcela, no valor de R\$ 26,0 milhões e outro no valor de R\$ 86,4 milhões e, até aquela data, havia liberado somente R\$ 43,2 milhões. Para os demais contratos, todas as parcelas já haviam sido liberadas.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os resumos das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024 que serão apresentados a seguir, foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas. Essas demonstrações foram preparadas em conformidade com o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Princípios Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e auditadas pelos Auditores Independentes, de acordo com as normas internacionais de auditoria e normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e que refletem adequadamente o resultado das operações e da situação patrimonial e financeira da Companhia nos respectivos exercícios.

As tabelas abaixo apresentam um sumário do balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, demonstração dos fluxos de caixa e outras informações financeiras para os períodos indicados, inclusive os percentuais de variação entre os períodos para cada item das respectivas demonstrações, bem como a representatividade de cada item, sejam em relação ao ativo total no balanço patrimonial, seja em relação à receita líquida na demonstração de resultados:

Análise da demonstração do resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024

Demonstração do resultado (em R\$ milhões)	2023	AV%	2024	AV%	AH (%)
Receita operacional líquida	10.840,3	100,0	9.662,9	100,0	(10,9)
Custos dos produtos vendidos	(7.747,7)	(71,5)	(6.769,5)	(70,1)	(12,6)
Subvenções para investimentos estaduais	502,8	4,6	432,7	4,5	(13,9)
Lucro bruto	3.595,4	33,2	3.326,1	34,4	(7,5)
Receitas (despesas) operacionais	(2.526,5)	(23,3)	(2.491,7)	(25,8)	(1,4)
Despesas de vendas	(1.991,8)	(18,4)	(1.936,6)	(20,0)	(2,8)
Despesas administrativas	(414,4)	(3,8)	(417,0)	(4,3)	0,6
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(120,3)	(1,1)	(138,1)	(1,4)	14,8
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	1.068,9	9,9	834,4	8,6	(21,9)
Receitas financeiras	417,0	3,8	421,7	4,4	1,1
Despesas financeiras	(549,6)	(5,1)	(427,9)	(4,4)	(22,1)
Resultado operacional - após resultado financeiro	936,3	8,6	828,2	8,6	(11,5)
Resultado da equivalência patrimonial	(0,2)	-	(5,0)	(0,1)	n/a
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	936,1	8,6	823,2	8,5	(12,1)
Imposto de renda e contribuição social	(47,4)	(0,4)	(177,2)	(1,8)	n/a
Lucro líquido do exercício	888,7	8,2	646,0	6,7	(27,3)
Conciliação para o EBITDA e EBITDA Ajustado					
Lucro líquido do exercício	888,7	8,2	646,0	6,7	(27,3)
Imposto de renda e contribuição social	47,4	0,4	177,2	1,8	n/a
Receitas financeiras	(417,0)	(3,8)	(421,7)	(4,4)	1,1
Despesas financeiras	549,6	5,1	427,9	4,4	(22,1)
Depreciação e amortização incluídas no CPV	212,0	2,0	210,7	2,2	(0,6)
Depreciação e amortização incluídas em despesas administrativas e comerciais	152,9	1,4	158,2	1,6	3,5
EBITDA ⁽¹⁾	1.433,6	13,2	1.198,3	12,4	(16,4)

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre a receita líquida.

¹Conforme a Res CVM nº 156/22, o Lajida/Ebitda consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Res CVM nº 156/22 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificado no Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Balço patrimonial (em R\$ milhes)	2023	AV%	2024	AV%	AH (%)
Ativo circulante	5.700,1	46,2	5.999,1	47,0	5,2
Caixa e equivalentes de caixa	2.267,8	18,4	2.152,6	16,9	(5,1)
Depósitos vinculados	2,8	-	6,4	0,1	n/a
Contas a receber de clientes	1.839,7	14,9	1.667,9	13,1	(9,3)
Estoques	1.338,4	10,8	1.687,6	13,2	26,1
Tributos a recuperar	129,5	1,0	228,2	1,8	76,2
Imposto de renda e contribuição social	27,4	0,2	61,3	0,5	n/a
Aplicações financeiras	15,2	0,1	17,1	0,1	12,5
Instrumentos financeiros derivativos	10,4	0,1	118,6	0,9	n/a
Despesas antecipadas	22,1	0,2	23,6	0,2	6,8
Outros ativos circulantes	46,8	0,4	35,8	0,3	(23,5)
Ativo não circulante	6.640,9	53,8	6.769,8	53,0	1,9
Realizável a longo prazo	550,8	4,5	677,6	5,3	23,0
Aplicações financeiras	2,1	-	1,2	-	(42,9)
Depósitos judiciais	258,5	2,1	251,4	2,0	(2,7)
Contas a receber de clientes	5,1	-	2,2	-	(56,9)
Tributos a recuperar	90,0	0,7	146,2	1,1	62,4
Imposto de renda e contribuição social	45,9	0,4	49,2	0,4	7,2
Instrumentos financeiros derivativos	48,0	0,4	91,3	0,7	90,2
Ativos de indenização	92,2	0,7	101,1	0,8	9,7
Outros ativos não circulantes	9,0	0,1	35,0	0,3	n/a
Investimentos	62,2	0,5	31,1	0,2	(50,0)
Propriedade para investimento	56,4	0,5	55,9	0,4	(0,9)
Imobilizado	3.578,8	29,0	3.590,7	28,1	0,3
Intangível	2.392,7	19,4	2.414,5	18,9	0,9
Ativo total	12.341,0	100,0	12.768,9	100,0	3,5
Passivo circulante	2.425,8	19,7	2.732,7	21,4	12,7
Fornecedores	1.237,1	10,0	1.095,1	8,6	(11,5)
Financiamentos junto a instituições financeiras	444,4	3,6	1.063,2	8,3	n/a
Financiamentos de impostos	7,9	0,1	10,5	0,1	32,9
Financiamentos diretos	59,3	0,5	18,1	0,1	(69,5)
Debêntures	10,9	0,1	11,7	0,1	7,3
Arrendamentos	86,8	0,7	98,8	0,8	13,8
Obrigações sociais e trabalhistas	248,4	2,0	161,1	1,3	(35,1)
Obrigações fiscais	117,7	1,0	101,8	0,8	(13,5)
Imposto de renda e contribuição social	1,8	-	9,4	0,1	n/a
Subvenções governamentais	5,8	-	11,1	0,1	91,4
Instrumentos financeiros derivativos	34,6	0,3	22,2	0,2	(35,8)
Outros passivos circulantes	171,1	1,4	129,7	1,0	(24,2)
Passivo não circulante	2.310,5	18,7	2.038,2	16,0	(11,8)
Financiamentos junto a instituições financeiras	513,2	4,2	68,0	0,5	(86,7)
Financiamentos de impostos	39,3	0,3	48,0	0,4	22,1
Financiamentos diretos	202,7	1,6	222,4	1,7	9,7
Debêntures	893,4	7,2	947,7	7,4	6,1
Arrendamentos	271,3	2,2	256,7	2,0	(5,4)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	118,4	1,0	289,2	2,3	n/a
Instrumentos financeiros derivativos	67,0	0,5	-	0,0	(100,0)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	195,8	1,6	191,8	1,5	(2,0)
Outros passivos não circulantes	9,4	0,1	14,4	0,1	53,2
Patrimônio líquido	7.604,7	61,6	7.998,0	62,6	5,2
Capital social	2.597,7	21,0	2.597,7	20,3	-
Reservas de capital	47,4	0,4	46,4	0,4	(2,1)
Ajustes acumulados de conversão	(0,2)	-	4,5	-	n/a
Ajustes de avaliação patrimonial	(15,3)	(0,1)	(12,3)	(0,1)	(19,6)
Reservas de lucros	4.910,7	39,8	5.380,6	42,1	9,6
(-) Ações em tesouraria	(77,0)	(0,6)	(112,8)	(0,9)	46,5
Dividendos adicionais propostos	141,4	1,1	93,9	0,7	(33,6)
Passivo total e patrimônio líquido	12.341,0	100,0	12.768,9	100,0	3,5

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação de cada rubrica sobre o ativo total.

Demonstração do fluxo de caixa – Método Indireto	2023	2024	AH (%)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	936,0	823,2	(12,1)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	365,0	369,0	1,1
Custo na venda de imobilizado e intangível	11,7	1,3	(88,9)
Equivalência patrimonial	0,2	5,0	n/a
Atualização dos financiamentos, debêntures, variações cambiais ativas e passivas	103,7	385,7	n/a
Atualização de aplicações financeiras de longo prazo	(0,2)	(0,1)	(50,0)
Créditos tributários e atualizações	(78,0)	(80,4)	3,1
Atualização de depósitos judiciais	(15,2)	(8,8)	(42,1)
Juros apropriados sobre arrendamentos	36,2	39,0	7,7
Provisão e atualização para riscos cíveis, trabalhistas e tributários/outros	46,5	66,0	41,9
Provisão (reversão) de despesas/ativo de indenização	(16,1)	(8,6)	(46,6)
Ações outorgadas reconhecidas	13,8	17,0	23,2
Provisão (reversão) para perdas estimadas de clientes	16,6	23,8	43,4
Perdas estimadas por redução ao valor recuperável de tributos	0,2	(4,7)	n/a
Provisão de IR sobre financiamentos	1,9	2,6	36,8
Provisão do valor recuperável dos estoques	15,5	11,4	(26,5)
Perdas (ganhos) dos contratos de operações com derivativos	196,8	(137,3)	n/a
Provisão (reversão) para redução do valor recuperável de ativos	5,7	-	(100,0)
Ganho em aquisição de participação societária	-	16,8	n/a
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução em depósitos vinculados	66,7	(3,6)	n/a
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(160,0)	152,6	n/a
(Aumento) redução nos estoques	816,5	(404,4)	n/a
(Aumento) redução nas aplicações financeiras	1,4	(1,9)	n/a
(Aumento) redução nos impostos a recuperar	319,9	(58,0)	n/a
(Aumento) em depósitos judiciais, líquidos das provisões para riscos	(55,8)	(54,1)	(3,0)
(Aumento) em despesas antecipadas	(7,8)	(1,5)	(80,8)
Redução em ativos de indenização	1,2	5,2	n/a
(Aumento) em outros ativos	(3,3)	(11,5)	n/a
(Redução) em fornecedores	(85,0)	(181,2)	n/a
(Redução) nos impostos e contribuições	(57,0)	(11,4)	(80,0)
(Redução) nas obrigações sociais e trabalhistas	(4,0)	(87,3)	n/a
Aumento (redução) nas subvenções governamentais	(19,2)	5,3	n/a
Aumento (redução) em outros passivos	11,0	(46,9)	n/a
Juros pagos	(117,8)	(126,8)	7,6
Variações cambiais pagas	(11,1)	(36,2)	n/a
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(4,8)	(0,1)	(97,9)
Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	(205,4)	(67,4)	(67,2)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	2.125,8	591,7	(72,2)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(262,2)	(278,2)	6,1
Amortização de dívida da aquisição de empresas	(81,3)	(49,2)	(39,5)
Aplicação financeira a longo prazo	(2,0)	(0,1)	(95,0)
Resgate de aplicação financeira a longo prazo	1,7	1,1	(35,3)
Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de investimentos	(343,8)	(326,4)	(5,1)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre capital próprio pagos	(69,8)	(221,8)	n/a
Financiamentos tomados	331,7	1.172,1	n/a
Pagamentos de financiamentos	(344,1)	(1.185,8)	n/a
Aquisição de ações de emissão da própria companhia	-	(50,5)	n/a
Pagamentos de arrendamentos	(79,5)	(99,1)	24,7
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	(161,7)	(385,1)	n/a
Efeitos das oscilações de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	(0,5)	4,6	n/a
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.619,8	(115,2)	n/a
No início do período	648,0	2.267,8	n/a
No final do período	2.267,8	2.152,6	(5,1)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.619,8	(115,2)	n/a

Nota: As informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Principais itens de resultados auferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Receita líquida

Em 2024, a M. Dias Branco atingiu receita líquida de R\$ 9,7 bilhões, apresentando uma redução de 10,9%

em relação ao ano anterior, com retração do preço médio e dos volumes vendidos em 9,8% e 1,8%, respectivamente.

A queda da receita líquida reflete a redução dos volumes, impactada tanto pela implementação do sistema SAP, quanto pela retração observada no 3º trimestre de 2024, decorrente dos reajustes de preços implementados em julho de 2024.

Na visão por grupos de categorias, os produtos principais e a moagem e refino de óleos retraíram, ao passo que as adjacências cresceram.

Receita, Volume e preço	2023	2024	Variação AH %
Volume de vendas	1.786,9	1754,8	-1,8%
Preço médio	6,1	5,5	-9,8%
Receita líquida	10.840,3	9.662,9	-10,9%
Produtos principais ⁽ⁱ⁾	8.456,0	7.521,9	-11,0%
Moagem e refino de óleos ⁽ⁱⁱ⁾	1.941,6	1.659,1	-14,5%
Adjacências ⁽ⁱⁱⁱ⁾	442,7	481,9	8,9%

⁽ⁱ⁾ Biscoitos, massas e margarinas;

⁽ⁱⁱ⁾ Farinhas, farelo e gorduras industriais;

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Bolos, snacks, misturas para bolos, torradas, saudáveis, molhos e temperos.

Ao longo do ano, diversas ações foram implementadas para alinhar preço, volume e margens à realidade do mercado, sempre com foco na extração de valor e no crescimento com rentabilidade, dentre elas:

- Consolidação do time comercial em uma única Diretoria nacional, permitindo um maior dinamismo e sinergia nas negociações com os clientes;
- Consolidação de um time dedicado integralmente à excelência comercial, passando a operar com mais informações e maior controle de rota ao mercado (*go-to-market*), no nível de clientes, lojas e SKUs, aprimorando inclusive o controle dos investimentos (ex: descontos, campanhas etc.);
- Alocação do time de Gestão de Receita na Vice-Presidência de Investimentos e Controladoria. A mudança está trazendo um controle mais rigoroso das verbas comerciais e dos ajustes de precificação;
- Criação de um time focado em *Food Service*. Com uma equipe coesa e dedicada em nível nacional. Adicionalmente, foram desenvolvidas abordagens específicas de Marketing e Trade Marketing para o segmento;
- Fortalecimento das exportações, com crescimento em relação ao ano anterior, nos países onde a Companhia já atuava, além da entrada em outros mercados. No Uruguai, aumento da cobertura de Las Acacias, com ajustes no modelo *go-to-market*.

Custo dos produtos vendidos

Custos dos Produtos Vendidos (R\$ milhões)	2023	AV%	2024	AV%	Variação AH%
Matéria-prima	5.321,8	49,1%	4.314,4	44,6%	-18,9%
Embalagens	663,1	6,1%	633,1	6,6%	-4,5%
Mão de obra	855,4	7,9%	890,8	9,2%	4,1%
Gastos gerais de fabricação	662,8	6,1%	706,7	7,3%	6,6%
Depreciação e amortização	212,0	2,0%	210,7	2,2%	-0,6%
Custo das mercadorias vendidas	32,6	0,3%	13,8	0,1%	-57,7%
Total	7.747,7	71,5%	6.769,5	70,1%	-12,6%

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida.

Em 2024, os custos dos produtos vendidos reduziram 12,6% em relação ao ano anterior, representando 70,1% da receita líquida do período (71,5% em 2023). A retração de 1,4 p.p. na representatividade do CPV

sobre a receita líquida de 2024 vs. 2023 foi influenciada pela redução dos preços do trigo em dólar, que compensou os efeitos da desvalorização do Real e do aumento do óleo de palma em reais. Para maiores informações, vide tópico 2.2 c. Preços dos insumos.

Lucro operacional bruto

Em 2024 vs. 2023, o lucro bruto recuou 7,5%, impactado, principalmente, pela redução nos volumes. Por outro lado, a margem bruta cresceu 1,2 p.p., passando de 33,2% em 2023 para 34,4% em 2024, refletindo a menor pressão dos custos das *commodities*.

Despesas operacionais

Despesas operacionais (R\$ milhões)	2023	AV%	2024	AV%	Varição AH%
Vendas	1.900,6	17,5%	1.843,0	19,1%	-3,0%
Administrativas e gerais	322,3	3,0%	323,6	3,3%	0,4%
SG&A	2.222,9	20,5%	2.166,6	22,5%	-2,5%
Doações	35,3	0,3%	33,2	0,3%	-5,9%
Tributárias	38,6	0,4%	33,4	0,3%	-13,5%
Depreciação e amortização	152,9	1,4%	158,2	1,6%	3,5%
Outras desp./((rec.) operacionais	76,8	0,7%	100,3	1,0%	30,6%
Total	2.526,5	23,3%	2.491,7	25,8%	-1,4%

As despesas operacionais reduziram 1,4%, com destaque para não provisão de participação nos lucros e resultados, em decorrência do não atingimento das metas dos indicadores de desempenho corporativo, em contraponto aos gastos extraordinários por reestruturação de quadro com pessoal e aumento em despesas com tecnologia.

Houve, ainda, aumento de representatividade sobre a receita líquida (+2,5 p.p.), fruto da queda de 9,8% do preço médio, que passou de R\$ 6,1 para R\$ 5,5.

Subvenções estaduais para investimentos

As subvenções para investimentos transitam pelo resultado em atendimento ao CPC 07 e IAS 20 – Subvenções Governamentais e se dividem em estaduais e federais.

A partir de janeiro de 2024, em decorrência da Lei nº 14.789 de 29 de dezembro de 2023, as subvenções concedidas pelos Estados passaram a ser tributadas pelo PIS, COFINS, CSLL e IR. Em contraponto, a Lei instituiu a possibilidade de apuração de crédito fiscal, correspondente à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) aplicada sobre as receitas de subvenção de investimentos, estabelecendo algumas condições que limitam o valor do crédito.

Em 2024, a Companhia fez jus ao valor líquido de tributação mais crédito fiscal sobre as subvenções de R\$ 432,7 milhões (R\$ 502,8 milhões em 31 de dezembro de 2023) decorrentes dos incentivos estaduais em vigência.

Para maiores informações, acessar a Nota Explicativa nº 20 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Resultado financeiro

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2023	AV%	2024	AV%	Varição AH%
Receitas Financeiras	417,0	3,8%	421,7	4,4%	1,1%
Despesas Financeiras	(549,6)	-5,1%	(427,9)	-4,4%	-22,1%
Total	(132,6)	-1,2%	(6,2)	-0,1%	-95,3%

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação das receitas e despesas financeiras e o resultado da variação cambial sobre a receita líquida.

Em 2024, a Companhia registrou resultado financeiro negativo de R\$ 6,2 milhões frente a R\$ 132,6 milhões

em 2023. A menor pressão do resultado financeiro deveu-se, principalmente, ao aumento dos rendimentos sobre aplicações financeiras e queda do custo da dívida, aliada à queda na dívida líquida ao longo dos períodos.

Tributos sobre o resultado

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ milhões)	2023	AV%	2024	AV%	Variação AH%
Imposto de renda e contribuição social	47,4	0,4%	209,1	2,2%	n/a
Incentivo fiscal federal	-	0,0%	(31,9)	-0,3%	n/a
Total	47,4	0,4%	177,2	1,8%	n/a

Nota: A análise vertical (AV%) é a representação dos impostos e incentivos fiscais sobre a receita líquida.

Em 2024, foi reconhecida uma provisão de R\$ 177,2 milhões de imposto de renda e contribuição social (R\$ 47,4 milhões em 2023). O aumento é fruto da tributação das subvenções que teve início em janeiro de 2024, em decorrência da Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023, e pela constituição de tributos diferidos, principalmente em função de ganho temporário com operações de swap.

Ebitda e Lucro Líquido

A Companhia encerrou 2024 com EBITDA de R\$ 1,2 bilhão (decréscimo de 16,4% vs. 2023), com margem de 12,4% (13,2% em 2023). O lucro líquido atingiu R\$ 646,0 milhões em 2024, com retração de 27,3% vs. 2023. O desempenho reflete, principalmente, a redução nos volumes vendidos e no preço médio, apesar da menor pressão dos custos das *commodities*.

Análise das principais variações nas contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 comparado a 31 de dezembro de 2023

Ativo

Circulante

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2023, somavam R\$ 1.839,7 milhões, e em 31 de dezembro de 2024, passaram para R\$ 1.667,9 milhões, redução de 9,3% influenciada pela retração das vendas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, as contas a receber de clientes representavam 14,9% e 13,1% do ativo total, respectivamente.

Estoques

O saldo de estoques passou de R\$ 1.338,4 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 1.687,6 milhões em 31 de dezembro de 2024, crescimento de 26,1% influenciado, principalmente, pelo aumento do custo médio das *commodities* provocado pela desvalorização do real frente ao dólar e menor fluxo das atividades operacionais quando comparado com o final do ano de 2023, em que a Companhia se preparou para o *go-live* do novo sistema integrado de informações (SAP) em janeiro de 2024, chegando no final de 2023 com estoques mais baixos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, o saldo de estoques representava 10,8% e 13,2% do ativo total, respectivamente.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar, em 31 de dezembro de 2023, somavam R\$ 129,5 milhões, e em 31 de dezembro de 2024, passaram para R\$ 228,2 milhões, aumento de 76,2%. Esse acréscimo deve-se principalmente ao crédito fiscal sobre subvenções de investimentos e crédito de imposto de renda retido na fonte. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, os impostos a recuperar representavam 1,0% e 1,8% do ativo total, respectivamente.

Investimentos

O saldo de investimentos passou de R\$ 62,2 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 31,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 50,0%. Esse decréscimo deve-se, sobretudo, à reversão do ganho na aquisição de participação societária com a Serena Geração S.A. na empresa Delta 7&8 Holding S.A., que, após revisão, concluiu-se por descaracterização de participação em empresa coligada e o investimento foi transferido para no Balanço Patrimonial para "outros ativos não circulantes", passando a ser mensurado a valor justo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, os investimentos representavam 0,5 % e 0,2% do ativo total, respectivamente.

Não circulante

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2023, somavam R\$ 48,0 milhões, e em 31 de dezembro de 2024, passaram para R\$ 91,3 milhões, acréscimo de 90,2%, influenciado pela variação do valor justo de *swap* sobre debêntures, dada a queda da taxa CDI entre os períodos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, os instrumentos derivativos representavam 0,4% e 0,7% do ativo total, respectivamente.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores passou de R\$ 1.237,1 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 1.095,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de 11,5%, em função, sobretudo, dos menores níveis de compras no 4º trimestre e de efeito calendário em decorrência do feriado bancário de 31/12, onde houve uma maior concentração de pagamentos transferidos para o dia 02/01/2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, os fornecedores representavam 10,0% e 8,6% do ativo total, respectivamente.

Financiamentos junto a instituições financeiras

O saldo de financiamentos junto a instituições financeiras somava R\$ 444,4 milhões em 31 de dezembro de 2023 e passou para R\$ 1.063,2 milhões em 31 de dezembro de 2024, aumento de R\$ 618,8 milhões, decorrente, principalmente, de transferência de dívida do longo prazo para o curto prazo. Em 31 de dezembro de 2023, os financiamentos junto a instituições financeiras representavam 3,6% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2024, representavam 8,3% do ativo total.

Financiamentos diretos

O saldo de financiamentos diretos somava R\$ 59,3 milhões em 31 de dezembro de 2023 e passou para R\$ 18,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 69,5% decorrente de amortização da dívida sobre aquisição da Piraquê, no valor de R\$ 38,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, os financiamentos diretos representavam 0,5% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2024, representavam 0,1% do ativo total.

Obrigações sociais e trabalhistas

O saldo de obrigações sociais e trabalhistas passou de R\$ 248,4 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 161,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de 35,1%. Essa variação é justificada pelo não provisionamento de participação nos lucros e resultados do ano de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2024, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 2,0% e 1,3% do ativo total, respectivamente.

Não circulante

Financiamentos junto a instituições financeiras

O saldo de financiamentos junto a instituições financeiras somava R\$ 513,2 milhões em 31 de dezembro de 2023 e passou para R\$ 68,0 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de R\$ 445,2 milhões decorrente, principalmente, de reclassificação do capital de giro do Scotiabank a vencer em dezembro de 2025 para o ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2023, os financiamentos junto a instituições financeiras representavam 4,2% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2024, representavam 0,5% do ativo total.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 7.604,7 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 7.998,0 milhões em 31 de dezembro de 2024, apresentando um aumento de 5,2%, em função da destinação do lucro para constituição de reserva de incentivos fiscais, em contraponto à distribuição de dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 93,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido representava 61,6% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2024, representava 62,6% do ativo total.

Análise das variações no fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2024 comparado a 31 de dezembro de 2023

O fluxo de caixa da Companhia é gerado, principalmente, pelas atividades operacionais, oriundas das receitas de vendas de produtos, e pelas atividades de financiamentos, quando há a tomada de financiamentos pela Companhia.

O fluxo de caixa da Companhia é utilizado, basicamente, pelas atividades de investimentos, decorrente de aquisição de outras empresas que atuam no mesmo negócio, expansões e modernizações de linhas de produção, assim como pelas atividades de financiamentos, quando amortizado o endividamento e remunerado os acionistas com o pagamento de dividendos.

A tabela abaixo demonstra o caixa líquido gerado pela Companhia nos exercícios sociais de 2024 e 2023.

R\$ milhões	2023	2024	Variação
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.125,8	591,7	-72,2%
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	-343,8	-326,4	-5,1%
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	-161,7	-385,1	n/a
Efeitos das oscilações de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	-0,5	4,6	n/a
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1.619,8	(115,2)	n/a

Atividades operacionais

As disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais passaram de R\$ 2.125,8 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 591,7 milhões em 31 de dezembro de 2024, uma redução de 72,2%, influenciada pela retração das vendas entre os períodos e maior consumo de capital de giro, refletido no maior volume de estoques e impostos a recuperar e em redução em fornecedores.

Atividades de investimentos

As disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos passaram de R\$ 343,8 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 326,4 milhões em 31 de dezembro de 2024, uma redução de 5,1%, em virtude de menor montante de amortizações de dívida de aquisição de participações societárias.

Atividades de financiamentos

As disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades financiamentos passaram de R\$ 161,7 milhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 385,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, esse aumento foi influenciado pelo pagamento dos juros sobre capital próprio relativo ao exercício de 2023 e pela aquisição de ações da própria Companhia.

2.2. Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas advêm da fabricação e comercialização das seguintes linhas de produtos: (i) Produtos principais: biscoitos, massas e margarinas; (ii) moagem e refino de óleos: farinhas, farelo e gorduras industriais; e

(iii) Adjacências: bolos, snacks, misturas para bolos, torradas, saudáveis, molhos e temperos, com ampla presença nacional e alta proximidade com o mercado consumidor.

Receita líquida por linha de produto (em R\$ milhões)	2023	2024	Variação
Produtos principais	8.456,0	7.521,9	-11,0%
Moagem e refino de óleos	1.941,6	1.659,1	-14,5%
Adjacências ⁽¹⁾	442,7	481,9	8,9%
Receita líquida	10.840,3	9.662,9	-10,9%

Os principais motivos de variações nas receitas em 2023 e 2024 estão descritos e comentados na seção 2.1 item h.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O ano de 2024 foi marcado por grandes desafios que exigiram ações e adequações. A variação do preço das *commodities*, causadas por questões climáticas e maior volatilidade do dólar, dentre outros aspectos, exigiram agilidade e adaptação. As iniciativas de aumento de preço, face ao aumento dos custos, resultaram em queda relevante nos volumes de vendas. Assim, mesmo com um cenário de condições macroeconômicas adversas, conseguimos concluir o ano com margem EBITDA de 12,4% e EBITDA nominal de R\$ 1,2 bilhão. O lucro líquido anual de R\$ 646,0 milhões, retração de 27,3% vs. 2023; receita líquida na ordem de R\$ 9,7 bilhões, redução de 10,9% vs. 2023; geração de caixa operacional de R\$ 591,7 milhões; além da liquidez com negociações diárias na B3 média de R\$ 26,0 milhões. Temos convicção de que avançamos de forma consistente.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Investimentos consistentes em lançamentos de novos produtos, ações comerciais e de marketing, além de atenção às tendências de mercado, fazem parte da estratégia de fortalecimento das marcas. Em 2024, destaque para a inovação, com itens de alto valor agregado, como os novos lámens, que utilizam tecnologia para eliminar a fritura do processo de fabricação, conforme já destacado no tópico 2.10.c novos produtos e serviços.

Outras variações nas receitas da Companhia que possam ser atribuídas a modificações em preços, taxas de câmbio, inflação, alterações em volumes e introdução de novos produtos, estão comentadas nos itens 2.1.h Receita líquida e 2.10.c Novos produtos e serviços.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente, em virtude das oscilações dos preços dos seus principais insumos, e flutuações nas taxas de câmbio e de juros, em função das suas obrigações de empréstimos e financiamentos.

Preços dos insumos

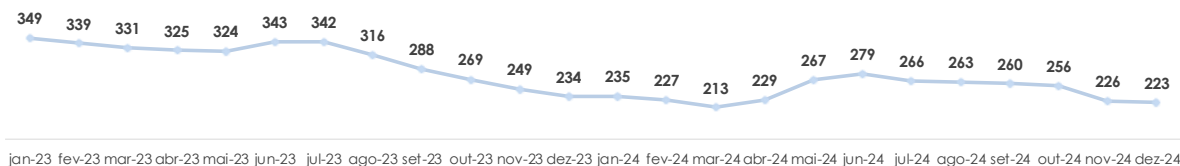
O preço médio do trigo em dólar vem apresentando queda desde julho de 2023, com exceção do 2º trimestre de 2024, quando preocupações climáticas sobre a seca na Rússia reduziram as estimativas de safra para o ano, impulsionando o preço da *commodity*. Após essa alta, a redução das importações pela Turquia e a melhora das expectativas para a safra americana pressionaram os preços para baixo. Desde então, a commodity tem se mantido estável.

O óleo de palma, por sua vez, estabilizou-se no fim do trimestre, após uma forte alta iniciada no começo do 3º trimestre de 2024. Esse aumento foi impulsionado, principalmente, pelas projeções de queda na produção devido a condições climáticas adversas, especialmente na Malásia e América do Sul.

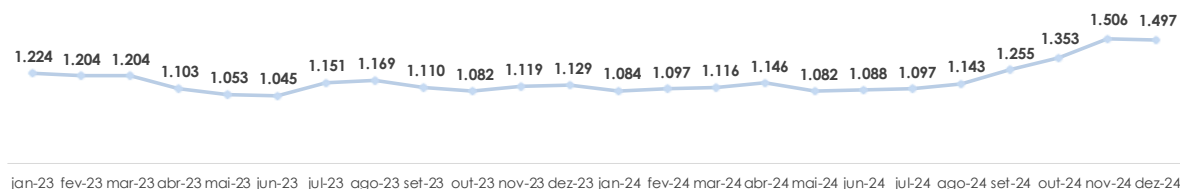
Em relação ao impacto dos preços do trigo e do óleo de palma, evidencia-se nos gráficos a seguir a evolução dos preços de mercado para os períodos de 2023 e 2024.

Preço de Mercado - Trigo e Óleo de Palma

TRIGO
(US\$/TON.)



ÓLEO DE
PALMA
(US\$/TON.)



*Fonte: Trigo - SAFRAS & Mercado; Óleo de palma - Rotterdam.

Variação cambial

Os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia têm sido e continuarão sendo afetados pela depreciação ou apreciação do Real em relação ao Dólar, pois parte relevante de seus custos – tais como o trigo em grão, o óleo vegetal de soja ou de palma, e o açúcar – é vinculada, direta ou indiretamente, ao Dólar.

Além do mais, a Companhia pode manter passivos indexados à moeda estrangeira, principalmente o dólar, decorrentes de importações das principais matérias primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma. Contudo, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap, que consistem na troca do risco cambial por variação do CDI.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía dois contratos vigentes de operação de swap para proteção dos financiamentos de capital de giro em moeda estrangeira com vencimentos entre junho e de dezembro de 2025, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais taxa de juros de 3,42% a.a. e na ponta passiva paga, em média, CDI mais taxa de juros de 0,84% a.a. com valor de referência (nacional) em reais de R\$ 836,7 milhões e valor justo a receber de R\$ 119,1 milhões.

Contrato de swap	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Posição ativa						
Moeda estrangeira (USD)	836.700	813.303	1.002.279	784.951	982.132	760.555
Posição passiva						
CDI	836.700	813.303	856.016	837.959	862.989	851.931
Resultado do swap	-	-	146.263	(53.008)	119.143	(91.376)

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	1.054.723	784.910	1.054.723	784.910
Contratos de swap (b)	(1.002.279)	(784.951)	(1.002.279)	(784.951)
Ativos em moeda estrangeira (b) ⁽¹⁾	(102.131)	(89.046)	(109.565)	(91.528)

(Superávit) e déficit apurado (a-b)	(49.687)	(89.087)	(57.121)	(91.569)
-------------------------------------	-----------------	----------	-----------------	----------

⁽¹⁾ Referem-se a disponibilidades, depósitos vinculados de operações com derivativos e recebíveis em moeda estrangeira.

Adicionalmente, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia passou a contratar operações a termo ("*Non Deliverable Forward - NDF*"), baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de *forecasts* intermediários.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contratos *Non Deliverable Forward*, com vencimentos até abril de 2025, com valor de referência (nacional) e valor justo conforme segue:

Descrição	Objeto de proteção	Moeda referência	2024		2023	
			Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
A termo (NDF)	Moeda	Dólar	19.400	5.525	73.166	(4.616)
				5.525		(4.616)

Risco de inflação

Em razão de emissão de debêntures em março de 2021 com encargos remuneratórios baseados no Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) e com vencimento em longo prazo (7 anos e 10 anos), os resultados da Companhia estão mais suscetíveis a variações significativas da inflação.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos de variações desse índice, a Companhia contratou operações de swap, trocando o risco de variação do IPCA mais taxa de juros pelo CDI mais taxa de juros, por entender que o risco de variação do CDI é baixo, além do fato de ser o indexador de suas aplicações financeiras.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 42 contratos negociados de operações de swap para proteção das emissões das debêntures, com vencimentos até 17 de março de 2031, em que na ponta ativa recebe, em média, IPCA mais taxa de juros de 4,02% a.a. e na ponta passiva paga, em média, CDI mais taxa de juros de 0,28% a.a. Os valores de referência (nacional) totalizaram R\$ 811,6 milhões para contratos já vigentes e o valor justo bruto a receber desses instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2024 totalizava R\$ 117,3 milhões.

Contratos de swap	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Posição ativa						
IPCA	811.644	931.644	1.010.663	1.089.764	962.602	1.042.013
Posição passiva						
CDI	811.644	931.644	837.326	964.849	845.304	975.134
Resultado do swap	-	-	173.337	124.915	117.298	66.879

Esses instrumentos financeiros foram designados como hedge de valor justo, cujos efeitos são registrados na demonstração do resultado financeiro (ver Nota Explicativa nº 17).

Taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	2.146.311	2.223.898	2.149.069	2.224.477
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI	(856.016)	(837.959)	(856.016)	(837.959)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Operações de debêntures com derivativos e capital de giro atrelados ao CDI	(837.326)	(964.849)	(837.326)	(964.849)
Financiamentos indexados ao CDI	(221.495)	(240.482)	(240.552)	(261.977)
Ativos (Passivos)	231.474	180.608	215.175	159.692

Análise de sensibilidade à variação do CDI

O quadro abaixo mostra a projeção de ganho ou perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI em R\$ 215,2 milhões.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Ativos líquidos	215.175	Queda do CDI	6.972	(8.279)	(16.558)

O cenário provável considerou a cotação futura do DI para 360 dias, conforme informação obtida na B3 em 30 de dezembro de 2024, no patamar de 15,39% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram uma redução nesta cotação em 25% (11,54% a.a.) e 50% (7,70% a.a.), respectivamente.

Mesmo diante da projeção de queda do CDI para o ano de 2025, a Administração da Companhia, devido à sua atual situação econômico-financeira, não vê risco para esse indicador.

Despesas financeiras

As despesas financeiras passaram de R\$ 549,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 427,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A redução de 22,1% foi influenciada pela queda dos custos dos financiamentos, aliada à redução da taxa CDI em 2024 versus 2023.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo IASB, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 2024, não houve mudança significativa nas práticas contábeis adotadas pela Companhia que tenham resultado em efeitos significativos.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras do ano de 2024 foram auditadas pela KPMG Auditores independentes Ltda e o relatório dos auditores independentes não contém opiniões modificadas ou ênfases.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de linha de produto operacional

A Companhia não tem, no presente momento, a intenção de realizar nenhuma alteração (alienação ou

introdução) relevante nas linhas de produtos operacionais.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 01 de agosto de 2023, a Jasmine incorporou a Latinex, operação ocorrida de forma reversa, onde a sociedade controlada incorpora sua controladora. Desta forma, a sociedade incorporadora (Jasmine) passou a ser controlada direta da Companhia.

A reorganização societária teve por objetivo a simplificação da estrutura societária da Companhia, bem como a redução de atividades administrativas e das obrigações acessórias anuais, atendendo ao melhor interesse das partes, à medida que permitirá reduzir os custos, despesas e o cumprimento de obrigações acessórias, buscando maximizar benefícios de natureza patrimonial, legal e financeira.

Por se tratar de controlada integral, a incorporação realizada não produz qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, no resultado ou composição societária da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou LAJIR (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Valor das medições não contábeis

i. EBITDA

EBITDA (em R\$ milhões)	2023	2024
EBITDA	1.433,6	1.198,3

A Companhia também acompanha seu desempenho a partir do EBITDA, que nos termos da Res CVM nº 156/22, o Lajida/Ebitda consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O art. 4º da Res CVM nº 156/22 dispõe também que a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificado no Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa

ii. Dívida Líquida

Dívida Líquida (em R\$ milhões)	2023	2024
Dívida Líquida (Caixa Líquido) ⁽¹⁾	(73,6)	24,6

(1) Contempla o caixa, equivalentes de caixa, depósitos vinculados e aplicações financeiras de curto e longo prazo.

A Companhia calcula a dívida líquida com base na soma dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos e debêntures, deduzindo dos valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações de curto prazo e longo prazo e instrumentos financeiros.

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

i. EBITDA

Conciliação do Ebitda (em R\$ milhões)	2023	2024
Lucro Líquido	888,7	646,0

Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽¹⁾	47,4	177,2
Receitas Financeiras	(417,0)	(421,7)
Despesas Financeiras	549,6	427,9
Depreciação e Amortização sobre CPV	212,0	210,7
Depreciação e Amortização sobre Despesas	152,9	158,2
EBITDA	1.433,6	1.198,3

(1) Contempla imposto de renda e contribuição social e, quando utilizado, o incentivo de IRPJ.

ii. Caixa (Dívida Líquida)

Endividamento (em R\$ milhões)	2023	2024
Caixa ⁽¹⁾	(2.287,9)	(2.177,3)
Endividamento Total ⁽²⁾	2.171,10	2.389,6
Instrumentos Financeiros a Receber (Pagar)	43,2	(187,7)
Caixa Líquido (Dívida Líquida)	(73,6)	24,6

(1) Contempla o caixa, equivalentes de caixa, depósitos vinculados e aplicações financeiras de curto e longo prazo. (2) Contempla os financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos de curto e longo prazo e debêntures.

c. Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em virtude do EBITDA ser um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no seu fluxo de caixa, como é o caso da depreciação, a Companhia acredita que o EBITDA é uma medição importante para a compreensão da sua solidez financeira e capacidade de geração de caixa, além de contribuir para a compreensão de seu desempenho operacional. Trata-se de uma informação adicional às suas demonstrações financeiras, sendo normalmente utilizada por investidores e analistas de mercado.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não aplicável.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

a. Regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Após a constituição da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e da fixação dos dividendos, a parcela restante do lucro será aplicada, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral, na constituição de reserva estatutária denominada "Reserva para Plano de Investimento". A Reserva para Plano de Investimento observará o limite de 95% do capital social e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Segundo o Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido foi ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, e 25% (vinte e cinco por cento) do saldo ajustado descontado dos valores destinados à Reserva de Incentivos Fiscais foi atribuído ao pagamento do dividendo obrigatório.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Em 2024, a periodicidade foi trimestral, na forma de juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos. A partir de abril de 2025, de acordo com aprovação da reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21 de fevereiro de 2025, a frequência das distribuições intermediárias ou intercalares passará a ser mensal.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou base de distribuição de dividendos de R\$ 200,3 milhões. A Companhia, em linha com o seu Estatuto Social, destina a parcela do lucro líquido à constituição de reservas de incentivos fiscais, considerando ainda, orientação de alguns Estados e União que fazem a concessão do benefício. O montante destinado à reservas de incentivos fiscais no exercício de 2024 foi de R\$ 435,1 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou pagamentos trimestrais, a título de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 80,5 milhões, e, em linha com a política de remuneração citada em seguida, destinou parte do lucro líquido para distribuição na forma de dividendos, no valor de R\$ 93,9 milhões.

A proposta será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 28 de março de 2025.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 10 de novembro de 2023, foi aprovada a proposta de alteração da política de remuneração aos acionistas da companhia, nos termos do Anexo I, tendo como principais objetivos: (i) o aumento do percentual alvo de distribuição de 60% (sessenta por cento) para 80% (oitenta por cento) do lucro líquido ajustado relativo ao exercício de referência; (ii) o aumento do valor fixado de R\$ 0,05 (cinco centavos de real) para R\$ 0,06 (seis centavos de real) por ação, para as distribuições trimestrais; e, (iii) a previsão de que, na hipótese de o quociente entre o endividamento líquido da Companhia e seu EBTIDA (alavancagem) atingir o patamar de 1,5 ou mais no fechamento do exercício de referência, o percentual alvo passará a ser de 60%.

A partir de abril de 2025, entrará em vigor a Política Revisada aprovada em reunião do Conselho de Administração no dia 21 de fevereiro de 2025, que preserva a distribuição dos 80% do lucro ajustado e aumenta a frequência das distribuições intermediárias ou intercalares de trimestrais para mensais. Assim, as distribuições mensais serão de R\$ 0,03 por ação, totalizando R\$ 0,09 por trimestre.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (*off - balance sheet items*)

A Companhia não possui ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no tópico 2.8, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no tópico 2.8, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no tópico 2.8, não há itens que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia manteve seu orçamento em projetos de investimentos voltados para diversificação e manutenção da capacidade de produção e correspondente aumento de sua eficiência. Tais investimentos se destinam, principalmente, a desenvolvimento de novos produtos, melhorias de eficiência e otimização da qualidade, investimentos para digitalização dos equipamentos industriais, produtividade e atendimento aos requisitos legais nas unidades fabris.

A Diretoria estima que serão investidos cerca de R\$ 400,0 milhões em 2025. Os investimentos estimados estão subdivididos em categorias e incluem toda a expansão e modernização das plantas industriais:

Investimentos (em R\$ milhões)	2025
Máquinas e equipamentos	208,6
Licenças de uso de <i>software</i>	69,4
Instalações	62,9
Edificações	48,4
Outros ⁽¹⁾	10,7
Total	400,0

⁽¹⁾ Outras imobilizações, ferramentas, marcas e patentes.

Os investimentos elencados acima constituem projeções da Companhia e se baseiam em nossas estimativas. A Companhia não está obrigada a investir as quantias elencadas acima, e os montantes efetivamente investidos podem ser significativamente diferentes em função de fatores variados, como a evolução do mercado e os índices inflacionários, emissão de licenças, entre outros.

A Companhia obterá os recursos necessários para realização dos investimentos através da sua geração de caixa (recursos próprios) e de crédito a ser obtido junto a bancos de desenvolvimento. Não há qualquer desinvestimento relevante em andamento e nem qualquer previsão nesse sentido.

Essas projeções de investimentos não incluem eventuais valores a serem aplicados em futuras aquisições de empresas.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, visto que os investimentos se destinam, em sua maioria, para ganho de eficiência produtiva, manutenção da capacidade, inovação em produtos e avanços em transformação digital.

c. novos produtos e serviços

Ao longo do ano, foram lançados 59 novos produtos (55 em 2023), sendo 54 para o mercado interno e 5 para exportação, e que, somados aos lançamentos dos últimos 24 meses, totalizaram R\$ 430,7 milhões em receita da Companhia.

Destaca-se o lançamento do primeiro lámen não frito do mercado brasileiro, em diversos sabores e entre os produtos saudáveis. Além disso, na marca Piraquê, foram lançados os Cookies Leite Maltado Black, Goiabinha e a parceria Piraquê + Bob's, com as sobremesas de Goiabinha Piraquê. Em Vitarella, os novos biscoitos wafer nos sabores cocada com amendoim e milho verde com goiabada. Na Fit Food, a nova linha de chocolates e biscoitos inclui barras de chocolate, bombons recheados e o Arrozfajor. Já na Jasmine, foram lançadas as Granolas Premium Low Carb e Mini Granolas, ambas com selo de carbono neutro.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, investimos R\$ 16,5 milhões em pesquisa e desenvolvimento de produtos (R\$ 17,4 milhões em 2023).

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Os avanços socioambientais estão integrados ao processo decisório, aos mecanismos de avaliação internos e externos e à geração de valor para a Companhia, que tem como perspectiva continuar evoluindo nos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG).

Como consequência da adoção de uma sustentabilidade intrínseca ao negócio, em 2024, a M. Dias Branco manteve-se no Índice Teva Mulheres na Liderança, iDiversa, iGPTW, e passou a integrar novamente o Índice Carbono Eficiente (ICO2), todas da B3. Destaque para a manutenção da avaliação dupla AA no Morgan Stanley Capital International (MSCI). Além disso, a Companhia foi reconhecida pelo Prêmio ANEFAC com os troféus Transparência e de Boas Práticas ESG.

No decorrer de 2024, foram realizadas diversas ações voltas as questões de ESG, dentre elas: i) foram doadas 3.639 toneladas de alimentos, beneficiando mais de 120 instituições e contribuindo para combate à fome no Brasil; ii) realização de eventos focados na conscientização do público interno e externo sobre temáticas ESG; iii) lançamento da primeira linha de produtos carbono neutro com as granolas da marca Jasmine, utilizando tecnologia de Compensação de Carbono para reduzir as emissões de gases de efeito estufa durante o processo de produção.

Adicionalmente, os resultados dos principais indicadores de ASG acompanhados em longo do ano encontram-se listados a seguir.

- **Consumo de água:** Em 2024, o consumo de água permaneceu 0,46 m³/t, o mesmo registrado em 2023. A manutenção do resultado se deve às ações de conscientização.
- **Resíduos enviados para aterros em todas as operações:** a Companhia continuou avançando na redução do envio de resíduos para aterros sanitários. Em 2024, a Companhia enviou apenas 2,92% dos resíduos gerados para aterro sanitário e sete unidades já são aterro zero, ou seja, sem envio de resíduos para aterros, adotando meios de destinações mais nobres, como reciclagem, compostagem, dentre outras.
- **Perdas de insumos no processo produtivo:** em 2024, houve redução de 12% no percentual de perdas de insumos vs. 2023, reflexo da modernização de processos e do parque fabril.
- **Redução de desperdício de produtos acabados:** ano de 2024 foi desafiador, pois as melhorias sistêmicas e processuais foram suplantadas pelos desafios decorrentes da mudança de ERP (Enterprise Resource Planning), acarretando o incremento de 27%. No entanto, a partir do segundo semestre, os desafios relacionados ao sistema foram superados, e o índice de desperdício voltou à sua curva de redução planejada.
- **Mulheres na liderança:** a Companhia segue com ações afirmativas que favorecem o número de mulheres em cargos de liderança, como treinamentos sobre vieses inconscientes, recrutamento e

seleção, além de mentoria para acelerar o desenvolvimento da liderança feminina, que viabilizarão o alcance da meta de 40% de mulheres em cargos de liderança até 2030. Em 2024, a Companhia alcançou 26,7%, avançando 2% em relação ao ano anterior.

- **Frequência e gravidade de acidentes de trabalho:** Apesar de aumento na frequência dos acidentes em 2024, nossas iniciativas de prevenção impulsionaram para melhor resultado anual no indicador. Contudo, houve aumento da taxa de gravidade fruto da maior quantidade de dias de afastamento.
- **Compras de fornecedores locais:** Em 2024, redução no indicador de compras de fornecedores locais, fruto da compra do insumo de fornecedores internacionais.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional foram divulgados nos itens acima.

ANEXO V

PROGRAMA DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO – PILP

Em atendimento à Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, art. 14, estamos disponibilizando neste Anexo V, as informações indicadas no Anexo B da referida resolução.

1. Fornecer cópia do plano proposto

Cópia da proposta do Programa de Incentivos de Longo Prazo – Outorga de Ações Restritas 2025-2028 da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (a "Companhia") a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar em 28 de março de 2025 (o "Programa") encontra-se na segunda parte do presente Anexo V.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

a. Potenciais beneficiários;

Serão considerados participantes elegíveis: (a) todos os diretores estatutários celetistas (empregados); (b) todos os executivos no nível de diretor não-estatutário; e, (c) gerentes executivos; desde que tenham firmado o termo de adesão para participar do programa.

b. Número máximo de opções a serem outorgadas;

Não se aplica.

c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano;

As ações concedidas nos termos deste Plano não poderão exceder 1,2% (um vírgula dois por cento) da quantidade total de ações da Companhia, ao longo de todo o período de vigência.

d. Condições de aquisição;

A cada concessão anual, o beneficiário terá direito à quantidade de ações correspondente a determinado múltiplo de seus salários mensais vigentes no momento de cada concessão, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Termo de Adesão (instrumento particular celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, por meio do qual o beneficiário irá aderir aos termos e condições do Plano).

Para o nível gerência executiva, o múltiplo de referência será de 4 (quatro) salários; para o nível de diretor não-estatutário, o múltiplo será de 7 (sete) salários; enquanto que, para o nível de diretor estatutário celetista, será de 12 (doze) salários.

Como pré-requisito para participação no Plano, requer-se dos potenciais beneficiários o investimento de 10% (dez por cento) da PLR líquida (descontada a parcela relativa ao imposto de renda) referente ao exercício anterior ao de concessão, a ser convertido em ações em posse imediata do Beneficiário, bloqueadas para venda durante 02 (dois) anos ("Ações Adquiridas"). No exercício social em que não houver pagamento de PLR pela Companhia, esse pré-requisito de Ações Adquiridas não será exigido do Beneficiário.

Quanto às ações concedidas pela empresa ("Ações Restritas"), haverá carência de 03 (três) anos, a partir da data de cada concessão anual, ao final dos quais haverá a transferência da posse das ações para o executivo, se atendidos os critérios de performance a seguir indicados.

Após o cumprimento da carência, a quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em ações em posse do participante será apurada em função do retorno total ao investidor (o "TSR" ou sigla para *Total Shareholder Return*) incremental versus a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo - IPCA do período. Será, também, considerado um fator de conversão final que possuirá um piso de 50% (cinquenta por cento)(desempenho inicial) e um teto de 150% (cento e cinquenta por cento)(desempenho excepcional). Após a aplicação do fator de conversão, o executivo passará a ter a posse plena da quantidade conquistada de ações, com o consequente direito ao recebimento de proventos a partir deste momento. A faixa de desempenho para cálculo do fator de conversão deverá ser revisada e aprovada pelo conselho de

administração antes do início de cada concessão anual.

Adicionalmente, para que exista pleno alinhamento de interesses entre executivos e acionistas quanto à distribuição de proventos durante todo o calendário do plano, após o período de carência de 03 (três anos), também será feito um cálculo retroativo dos proventos relativos ao período de carência, considerando-se a quantidade de ações efetivamente conquistada pelo executivo, e será pago um montante adicional em ações correspondente ao valor apurado (com o arredondamento da quantidade apurada de ações para a quantidade inteira imediatamente inferior).

Metade das Ações Restritas totais concedidas não poderá ser vendida pelo executivo por um período de 01 (um) ano após o fim da carência. Para fins de esclarecimento, a outra metade das Ações Restritas podem ser negociadas pelo executivo logo após o fim do período de carência e consequente recebimento efetivo das ações.

A critério da Companhia, para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2025, o primeiro ano de concessão poderá ser o da sua contratação e não será exigido o pré-requisito de investimento para esse primeiro período, não havendo, portanto, Ações Adquiridas no primeiro ano de concessão. Quanto às Ações Restritas, estas serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiário no ano de referência.

e. *CrITÉRIOS pORMENORIZADOS para fixação do preço de exercício;*

Valor médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão.

f. *CrITÉRIOS para fixação do prazo de exercício;*

As concessões sejam realizadas anualmente por um período de 4 (quatro) anos de vigência do plano, sempre no mês de maio. Para os potenciais Beneficiários contratados a partir de 2025, a primeira concessão de Ações Restritas será no mês da sua contratação.

g. *Forma de liquidação de opções;*

Com o propósito de satisfazer a outorga nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou alienar ações mantidas em tesouraria.

h. *CrITÉRIOS e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;*

Alteração do Plano: caberá exclusivamente à Assembleia Geral da Companhia modificar o Plano, bem como criar novos planos de desempenho ou incentivos lastreados na outorga de opções. Ainda, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano, revisão que será submetida à Assembleia.

Extinção do Plano: o Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia ou na ocorrência dos seguintes eventos: (i) reorganização societária da Companhia, tais como incorporação, fusão ou cisão, na qual a companhia remanescente não seja a M. Dias Branco (ii) dissolução ou liquidação da Companhia; (iii) cancelamento de seu registro de companhia aberta; (iv) término do seu prazo de vigência; ou (v) deliberação dos acionistas no sentido de extinguir o Plano.

Não há previsão para a suspensão do Plano.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a. *Os principais objetivos do plano;*

O Plano tem por objetivo permitir que os Participantes Elegíveis adquiram Ações com vistas a: (a) criar o senso de propriedade, promovendo o comportamento de “dono do negócio”, intensificando e fortalecendo o elo entre a Companhia e os executivos; (b) estimular a obtenção de patamares elevados e sustentáveis de performance no curto e longo prazo; (c) promover o desenvolvimento da liderança estratégica; (d) viabilizar a existência de um modelo de recompensa “ganha-ganha” baseado no retorno gerado para os acionistas; e, (e) assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos líderes estratégicos.

b. A forma como o plano contribui para esses objetivos;

Ao possibilitar que os Participantes se tornem acionistas da Companhia, espera-se reter os talentos e alinhar seus objetivos com aqueles da Companhia. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Programa.

c. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia;

O Programa faz parte da estratégia de retenção de talentos por meio de benefícios, com o compromisso destes na geração de valor à Companhia e aos acionistas.

d. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo;

As outorgas realizadas com base no Programa trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. Por meio do Programa, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos nossos executivos estratégicos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Como os Beneficiários não poderão vender parte das ações por um período após o fim da carência, isso fará com ele foque no longo prazo, pois quanto mais valorizadas tiverem as ações após o final da carência, maior será o potencial de ganho. Ademais, o Programa visa possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos e condições previstos no Programa.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

A Companhia estima que as despesas decorrentes do Plano, para todo o seu período de vigência de 4 (quatro) anos, seja de R\$ 201.594.095, sendo: R\$ 46.772.215 referentes à primeira concessão; R\$ 49.110.826 referentes à segunda concessão; R\$ 51.566.368 referentes a terceira concessão; e, R\$ 54.144.686 referentes à quarta concessão.

PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

PROGRAMA DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO – OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS

1. OBJETIVOS DO PLANO

O Plano tem por objetivo permitir que os Participantes Elegíveis adquiram Ações com vistas a : (a) criar o senso de propriedade, promovendo o comportamento de "dono do negócio", intensificando e fortalecendo o elo entre a empresa e os executivos; (b) estimular a obtenção de patamares elevados e sustentáveis de performance no curto e longo prazo; (c) promover o desenvolvimento da liderança estratégica; (d) viabilizar a existência de um modelo de recompensa "ganha-ganha" baseado no retorno gerado para os acionistas; e, (e) assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos líderes estratégicos.

2. PARTICIPANTES ELEGÍVEIS

Serão considerados participantes elegíveis: (a) todos os diretores estatutários celetistas (empregados); (b) todos os executivos no nível de diretor não-estatutário; e, (c) gerentes executivos; desde que tenham firmado o termo de adesão para participar do programa.

3. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

A cada concessão anual, o beneficiário terá direito a quantidade de ações correspondente a determinado múltiplo de seus salários mensais vigentes no momento de cada concessão, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Termo de Adesão (instrumento particular celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, por meio do qual o Beneficiário irá aderir aos termos e condições do Plano). Para o nível de gerência executiva, o múltiplo de referência será de 4 (quatro) salários; para o nível de diretor não-estatutário, o múltiplo será de 7 (sete) salários; enquanto, para o nível de diretor estatutário celetista, será de 12 (doze) salários.

Como pré-requisito para participação no plano, requer-se dos potenciais beneficiários o investimento de 10% (dez por cento) da PLR líquida (descontada a parcela relativa ao imposto de renda) referente ao exercício anterior ao de concessão, a ser convertido em ações em posse imediata do Beneficiário, bloqueadas para venda durante 02 (dois) anos ("Ações Adquiridas"). No exercício social em que não houver pagamento de PLR pela Companhia, esse pré-requisito de Ações Adquiridas não será exigido do Beneficiário.

Quanto as ações concedidas pela empresa ("Ações Restritas"), haverá carência de 03 (três) anos, a partir da data de cada concessão anual, ao final dos quais haverá a transferência da posse das ações para o executivo, se atendidos os critérios de performance a seguir indicados.

Após o cumprimento da carência, a quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em ações em posse do participante será apurada em função do retorno total ao investidor (o "TSR" ou sigla para *Total Shareholder Return*) incremental versus a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo – IPCA do período. Será, também, considerado um fator de conversão final que possuirá um piso de 50% (desempenho inicial) e um teto de 150% (desempenho excepcional). Após a aplicação do fator de conversão, o executivo passará a ter a posse plena da quantidade conquistada de ações, com o consequente direito ao recebimento de proventos a partir deste momento. A faixa de desempenho para cálculo do fator de conversão deverá ser revisada e aprovada pelo conselho de administração antes do início de cada concessão anual.

Adicionalmente, para que exista pleno alinhamento de interesses entre executivos e acionistas quanto à distribuição de proventos durante todo o calendário do Plano, após o período de carência de 03 (três) anos, também será feito um cálculo retroativo dos proventos relativos ao período de carência, considerando-se a quantidade de ações efetivamente conquistada pelo executivo, e será pago um montante adicional em ações correspondente ao valor apurado (com o arredondamento da quantidade apurada de ações para a quantidade inteira imediatamente inferior).

Metade das Ações Restritas totais concedidas não poderá ser vendida pelo executivo por um período de 01 (um) ano após o fim da carência. Para fins de esclarecimento, a outra metade das Ações Restritas podem ser negociadas pelo executivo

logo após o fim do período de carência e consequente recebimento efetivo das ações.

A critério da Companhia, para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2025, o primeiro ano de concessão poderá ser o da sua contratação e não será exigido o pré-requisito de investimento para esse primeiro período, não havendo, portanto, Ações Adquiridas no primeiro ano de concessão. Quanto às Ações Restritas, estas serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiários no ano de referência.

4. VIGÊNCIA E PERIODICIDADE

As concessões serão realizadas anualmente por um período de 4 (quatro) anos de vigência do plano, sempre no mês de maio, após o pagamento do PLR referente ao exercício anterior. Para os potenciais beneficiários contratados a partir de 2025, a primeira concessão de Ações Restritas será no mês da sua contratação.

5. DESLIGAMENTOS

Se o executivo for desligado ou pedir desligamento durante a vigência do plano:

Ações Adquiridas (originadas pelo PLR investido):

As ações estarão disponíveis para venda independentemente do tipo de desligamento.

Ações Restritas (originadas pela concessão da empresa):

Ações restritas em carência:

Em caso de desligamento por iniciativa do executivo ou por justa causa, a parcela da empresa será perdida.

Em caso de desligamento por iniciativa da empresa, uma parcela das ações, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses (pró-rata), terá a sua posse transferida para o ex-executivo.

Quando aplicável, caso o desligamento ocorra entre 01º de janeiro até 30 de junho, será considerado o preço médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão anual do respectivo exercício social para o cálculo do TSR parcial. A transferência das ações será realizada até o mês de junho do ano vigente.

Nos casos em que o desligamento ocorra entre 01º de julho e 31 de dezembro, será considerado o preço médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão anual do exercício social seguinte para o cálculo do TSR parcial. A transferência das ações será realizada até o mês de junho do ano seguinte.

6. APOSENTADORIA

Se o executivo se aposentar ou for desligado já aposentado durante a vigência do plano:

Se o executivo aposentado possuir ao menos 10 anos ininterruptos de serviço na empresa e comunicar formalmente sua intenção de desligamento ao conselho de administração com pelo menos 6 meses de antecedência, haverá a aceleração plena das ações em carência.

Se o executivo aposentado não cumprir simultaneamente os dois requisitos acima (10 anos de empresa e comunicação com antecedência de ao menos Desempenho Proposto) e se desligar da empresa por iniciativa própria, haverá a redução pró-rata das ações em carência (isto é, uma parcela, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses).

Se o executivo aposentado for desligado por iniciativa do M. Dias Branco sem justa causa: Haverá a aceleração plena das carências apenas caso o executivo tenha mais de 10 anos completos e ininterruptos de serviço na empresa. Não atendida esta condição, haverá a redução pró-rata das ações em carência (isto é, uma parcela, a ser calculada de forma proporcional ao período de carência já cumprido conforme mesma condição de Beneficiário desligado por iniciativa da empresa).

7. FALECIMENTO

Se o executivo falecer durante a vigência do plano:

Em caso de falecimento do participante, eventuais parcelas de ações em carência originadas pela concessão da empresa, serão reduzidas de forma proporcional ao período de carência já cumprido em número de meses completos, tendo a sua posse transferida para os herdeiros legais.

Caso o falecimento ocorra entre 01º de janeiro até 30 de junho, será considerado o preço médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão anual do respectivo exercício social para o cálculo do TSR parcial. A transferência das ações será realizada até o mês de junho do ano vigente.

Nos casos em que o falecimento ocorra entre 01º de Julho e 31 de Dezembro, será considerado o preço médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão anual do exercício social seguinte para o cálculo do TSR parcial. A transferência das ações será realizada até o mês de junho do ano seguinte.

8. AÇÕES EM CARENCIAS NO CASO DE SAÍDA

Em todos os casos de saída do participante em que não haja perda integral das ações em carência da parcela da empresa, exceto no caso de falecimento, o fator multiplicador final será apurado considerando-se o maior número inteiro de anos possível, sem a realização de cálculos fracionados dentro do ano vigente. Para eventuais lotes no primeiro ano de carência, será assumido um fator multiplicador final igual a 100%.

9. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

No momento da transferência da propriedade das ações restritas (concessão da empresa), isto é, após o cumprimento das condições de carência, a empresa deverá efetuar o recolhimento do imposto de renda de pessoa física (IRPF), das contribuições sociais e demais encargos incidentes.

10. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO PREÇO DE EXERCÍCIO DAS AÇÕES

Valor médio da ação dos últimos 40 (quarenta) pregões anteriores à data de concessão.

11. NÚMERO MÁXIMO DE AÇÕES ABRANGIDAS PELO PLANO

As ações concedidas nos termos deste Plano não poderão exceder a 1,2% (um vírgula dois por cento) da quantidade total de ações da Companhia, ao longo de todo o período de vigência.

12. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

A administração do Plano caberá ao Conselho de Administração.

13. HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO PLANO

Alteração do Plano:

Caberá exclusivamente à Assembleia Geral da Companhia modificar o Plano, bem como criar novos planos de desempenho ou incentivos lastreados na outorga de opções. Ainda, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano, revisão que será submetida à Assembleia.

Extinção do Plano:

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia ou na ocorrência

dos seguintes eventos: (i) reorganização societária da Companhia, tais como incorporação, fusão ou cisão, na qual a companhia remanescente não seja a M. Dias Branco; (ii) dissolução ou liquidação da Companhia; (iii) cancelamento de seu registro de companhia aberta; (iv) término do seu prazo de vigência; ou (v) deliberação dos acionistas no sentido de extinguir o Plano.
